



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 03/02/2021 a 04/02/2021



Índice**Portal Acontece | RN**

FECOMÉRCIO RN / SESC / SENAC / MARCELO QUEIROZ

CNC e Federações lançam campanha apresentando benefícios da adesão à Contribuição Assistencial

Notícias - 03/02/2021

5

Versátil News | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC / SENAC / MARCELO QUEIROZ

Fecomércio: CNC e Federações lançam campanha apresentando benefícios da adesão à Contribuição Assistencial

Notícias - 03/02/2021

6

Prefeitura de Macaíba | RN

FECOMÉRCIO RN / LUIZ ANTÔNIO LACERDA

Emídio Jr e presidente do Sicoob-RN analisam instalação do sistema em Macaíba

Notícias - 03/02/2021

7

NoMinuto | RN**Prefeitura amplia acessibilidade às praias urbanas da capital potiguar**

Notícias - 03/02/2021

8

NoMinuto | RN**Projeto de iluminação vai dar mais vitalidade e segurança ao Centro Histórico de Natal**

Notícias - 03/02/2021

9

Tribuna do Norte | RN**Brasil formaliza oferta na OMC para abrir licitações a estrangeiros**

Notícias - 03/02/2021

10

Tribuna do Norte | RN**Caixa aumenta em 20% oferta de crédito rural no primeiro semestre**

Notícias - 03/02/2021

11

Tribuna do Norte | RN**"Sinuca de bico" atropela a economia**

Notícias - 04/02/2021

12

Tribuna do Norte | RN**STTU fará revisão no sistema de transporte público de Natal**

Notícias - 04/02/2021

13

Tribuna do Norte | RN**"O nosso desejo é que ele seja lançado este ano, e vamos trabalhar para isso", diz Paulo César Medeiros**

Notícias - 04/02/2021

14

Tribuna do Norte | RN**Álvaro Dias garante recursos para engorda da praia de Ponta Negra**

Notícias - 04/02/2021

16

Tribuna do Norte | RN**Rio Grande do Norte receberá mais 51,8 mil doses da CoronaVac esta semana**

Notícias - 04/02/2021

17

Tribuna do Norte | RN**Varejo farmacêutico alcança recorde de R\$ 58,2 milhões em 2020**

Notícias - 04/02/2021

18

Folha de São Paulo | BA**Estados perdem R\$ 34 bi em arrecadação em 2020**

Notícias - 04/02/2021

19

Folha de São Paulo | DF**Bolsonaro pede ao Congresso reformas econômicas e privatização da Eletrobras**

Notícias - 04/02/2021

20

Folha de São Paulo | SP**Programa que renegocia dívida tributária pode voltar**

Notícias - 04/02/2021

22

Folha de São Paulo | DF**Ministro ameaça encerrar leilão do 5G se teles não fizerem rede para Bolsonaro**

Notícias - 04/02/2021

23

Estadão | DF**País simplifica aval a vacinas e negocia 30 milhões de doses de Rússia e Índia**

Notícias - 04/02/2021

24

Estadão | DF**Lira e Pacheco buscam alternativas para retorno do auxílio emergencial**

Notícias - 04/02/2021

25

Estadão | DF**Câmara arbitral dá vitória à Paper Excellence em disputa pela Eldorado**

Notícias - 04/02/2021

26

Estadão | DF**Bradesco tem lucro recorde em meio à pandemia**

Notícias - 04/02/2021

27

Estadão | DF**Lucro do Santander supera expectativas**

Notícias - 04/02/2021

28

RELATÓRIO

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) realizou mudança nas regras para que empresas peçam o uso emergencial de vacinas para covid-19 no Brasil. Segundo matéria do jornal Estadão, na página 24 do clipping, foi retirada a exigência de que estudos de fase 3 estejam em andamento no País, o que pode facilitar a entrada da Sputnik V no Brasil, imunizante russo que apresentou eficácia de 91,6% contra casos sintomáticos da covid-19. O Ministério da Saúde divulgou que negocia a compra de 30 milhões de doses de Sputnik V e Covaxin. Já o jornal Tribuna do Norte, na página 17 do clipping, notícia que o Rio Grande do Norte receberá mais 51,8 mil doses da CoronaVac esta semana. A informação foi dada ao prefeito de Natal, Álvaro Dias, pelo ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, em reunião realizada nesta quarta-feira (3), em Brasília.

Na agenda de compromissos em Brasília, o prefeito Álvaro Dias também garantiu recursos para engorda da praia de Ponta Negra, projeto de grande impacto no turismo da cidade. Em matéria do Tribuna do Norte, na página 16 do clipping, é relatado que, em audiência com o presidente da república, o prefeito ratificou com o governo federal o compromisso em garantir os investimentos necessários para a realização da obra que contempla a extensão da faixa de praia em dois quilômetros da orla. Veja também no Tribuna do Norte, na página 13 do clipping, que a STTU fará revisão no sistema de transporte público de Natal. O objetivo é garantir que o transporte coletivo consiga se sustentar e oferecer mais qualidade aos usuários.

Sem sinal de enfraquecimento da pandemia e com cenário incerto para a recuperação econômica, o Ministério da Economia avalia relançar um programa de renegociação de dívidas tributárias voltado a empresas e pessoas físicas impactadas pela crise sanitária. A ideia é incentivar a regularização de débitos da dívida ativa da União e evitar que o Congresso tome frente nessa discussão e crie programas de refinanciamento de dívidas tributárias, modelo considerado prejudicial ao sistema de arrecadação. Esta notícia é do jornal Folha de São Paulo, disponível na página 22 do clipping.

O Estadão relata que os recém-eleitos presidentes da Câmara, Arthur Lira e do Senado, Rodrigo Pacheco, se comprometeram em discutir “alternativas” para uma nova rodada de auxílio emergencial. O avanço da pandemia e o atraso na vacinação aumentaram a pressão pela volta do benefício, e o posicionamento das duas lideranças do Congresso praticamente coloca como muito próxima sua prorrogação. Saiba mais na página 25 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Portal Acontece RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 03/02/21 - **Cidade/UF:** Mossoró / RN
Título: CNC e Federações lançam campanha apresentando benefícios da adesão à Contribuição Assistencial **Impacto:** Positivo
Link: <http://portalacontecern.com.br/site/noticia/cnc-e-federacoes-lancam-campanha-apresentando-beneficios-da-adesao-contribuicao-assistencial>

CNC e Federações lançam campanha apresentando benefícios da adesão à Contribuição Assistencial

A iniciativa visa estimular a adesão das empresas do comércio, serviços e turismo à Contribuição Assistencial e reforçar os benefícios que o suporte dado pelos sindicatos para a construção de uma classe econômica ainda mais organizada e forte.

03 de Fevereiro de 2021 - 18:39hs



A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e suas Federações filiadas lançaram, nesta semana, a campanha "Fortaleça sua Empresa". A iniciativa visa estimular a adesão das empresas do comércio, serviços e turismo à Contribuição Assistencial e reforçar os benefícios que o suporte dado pelos sindicatos para a construção de uma classe econômica ainda mais organizada e forte.

"Com a adesão à Contribuição Assistencial, as empresas fortalecem o sindicato que as representa, como também, têm o respaldo de uma instituição que oferece serviços e ações para o empreendedor e seus colaboradores. Além de ser responsável pela Convenção Coletiva de Trabalho, os sindicatos oferecem diversos benefícios e facilidades exclusivas aos seus filiados", comentou Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio RN.

Um dos benefícios é o acesso aos serviços oferecidos pela Fecomércio, Sesc e Senac em todo o Brasil. São cursos de capacitação e qualificação profissional, opções de lazer, esporte, assistência, com valores subsidiados.

Para conhecer mais sobre o trabalho e fazer a adesão, o empresário pode acessar o site <http://fortalecasuaempresa.com.br/>. Acesse também os depoimentos dos potiguares beneficiados com os serviços oferecidos pelo Sistema Fecomércio RN https://youtu.be/la_B5cdu3_U, <https://youtu.be/NGDuX1Y3zO4>.

Veículo: Versátil News - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 03/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Fecomércio: CNC e Federações lançam campanha apresentando benefícios da adesão à Contribuição Assistencial **Impacto:** Positivo

Link: <https://www.versatilnews.com.br/2021/02/fecomercio-cnc-e-federacoes-lancam-campanha-apresentando-beneficios-da-adesao-a-contribuicao-assistencial>

Fecomércio: CNC e Federações lançam campanha apresentando benefícios da adesão à Contribuição Assistencial

📅 3 de fevereiro de 2021 👤 Comunicação 📁 Coluna Versátil News

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e suas Federações filiadas lançaram, nesta semana, a campanha "Fortaleça sua Empresa". A iniciativa visa estimular a adesão das empresas do comércio, serviços e turismo à Contribuição Assistencial e reforçar os benefícios que o suporte dado pelos sindicatos para a construção de uma classe econômica ainda mais organizada e forte.

"Com a adesão à Contribuição Assistencial, as empresas fortalecem o sindicato que as representa, como também, têm o respaldo de uma instituição que oferece serviços e ações para o empreendedor e seus colaboradores. Além de ser responsável pela Convenção Coletiva de Trabalho, os sindicatos oferecem diversos benefícios e facilidades exclusivas aos seus filiados", comentou **Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio RN.**

Um dos benefícios é o acesso aos serviços oferecidos pela **Fecomércio, Sesc e Senac** em todo o Brasil. São cursos de capacitação e qualificação profissional, opções de lazer, esporte, assistência, com valores subsidiados.

Para conhecer mais sobre o trabalho e fazer a adesão, o empresário pode acessar o site fortalecasuaempresa.com.br

Veículo: Prefeitura de Macaíba - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 03/02/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: Emídio Jr e presidente do Sicoob-RN analisam instalação do sistema em Macaíba **Impacto:** Positivo

Link: <https://www.macaiba.rn.gov.br/noticias/4419/emdio-jr-e-presidente-do-sicoob-rn-analisam-instalao-do-sistema-em-macaba>

03 fevereiro, 2021

Emídio Jr e presidente do Sicoob-RN analisam instalação do sistema em Macaíba

Reunião acontece após visita do prefeito à unidade do Sistema



O prefeito Emídio Jr esteve reunido com o presidente do Sicoob-RN, Manoel Santa Rosa para estudar a viabilidade da instalação de uma unidade da instituição financeira na cidade. O encontro aconteceu nesta quarta-feira (03), na sala de reuniões do Palácio Auta de Souza e contou com a presença de Luiz Antônio Lacerda, vice-presidente da Fecomércio-RN e demais representantes do sistema de crédito.

A reunião aconteceu após uma visita do prefeito Emídio a uma dos pontos da Sicoob em Natal, na última quinta-feira (28). O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil no RN está em expansão no estado e terá um estabelecimento inaugurado em breve em Parnamirim.

Fotos: Edeilson Moraes

Assecom-PMM

Veículo: NoMinuto.com - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 03/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Prefeitura amplia acessibilidade às praias urbanas da capital potiguar **Impacto:** Positivo
Link: <https://nominuto.com/noticias/natal/prefeitura-amplia-acessibilidade-as-praias-urbanas-da-capital-potiguar/212735>

Prefeitura amplia acessibilidade às praias urbanas da capital potiguar

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura é a responsável pelo trabalho.

Da redação, Prefeitura do Natal, 3 de fevereiro de 2021

Compartilhar 0 Tweetar

Ascom/Prefeitura do Natal



Na praia de Miami, na zona leste da cidade, foi instalada uma rampa junto à escadaria que já havia no local.

A Prefeitura de Natal iniciou o serviço de instalação e recuperação de acesso às praias urbanas visando a inclusão de pessoas com mobilidade reduzida para uso de escadas. A Secretaria de Obras e Infraestrutura é a responsável pelo trabalho.

Na praia de Miami, zona leste da cidade, foi instalada uma rampa junto à escadaria que já havia no local. Frequentador da praia, o surfista Jonathan Freitas, elogiou a instalação da rampa que agora possibilita que cadeirantes e pessoas com dificuldade de mobilidade desçam para a areia da praia e até possam desfrutar de um banho de mar. "No fim da tarde tem gente que desce aqui e é legal ver que todo mundo pode vir pra praia", disse.

O investimento desse equipamento na praia de Miami foi em torno de R\$ 32 mil, para atender a uma reivindicação da população. Para a praia de Areia Preta, também na zona leste, está previsto o início da obra de acesso à beira-mar para meados de fevereiro com tempo de obra em torno de dois meses. O valor foi orçado em torno de R\$ 88,5 mil.

Ponta Negra

Para a praia de Ponta Negra, zona sul da cidade, está previsto o serviço de recuperação dos acessos de escadas e rampas do calçadão à beira-mar, dentro do serviço de enrocamento, para este ano. O objetivo é restaurar as já instaladas que sofreram desgaste do tempo e da ação da maré.

Os acessos à beira-mar, tanto escadarias como rampas, são feitos nas praias urbanas para garantir a segurança de mobilidade aos frequentadores. As rampas vêm sendo instaladas para que as pessoas de todas as idades e também com alguma dificuldade de mobilidade possam desfrutar das praias da cidade.

Além de atender à população local, o acesso garantido à areia é interesse também de quem visita a cidade. Muitas pessoas procuram saber se o litoral oferece a possibilidade de mobilidade à beira-mar, principalmente a cadeirantes.

Mobilidade

As escadas instaladas nas praias não atendem às necessidades de todas as pessoas, levando-se em conta as dificuldades de mobilidade, como os cadeirantes. O presidente da Sociedade Amigos do Deficiente Físico (Sadef), Jackson Alexandre, afirma que muitas pessoas que moram em Ponta Negra, por exemplo, só passaram a frequentar a praia após o programa Praia Inclusiva, idealizado pela Sadef que tem o apoio da Prefeitura de Natal.

Segundo Jackson, pessoas de outros estados entram em contato para saber como é a acessibilidade às praias quando pensam em visitar a cidade. "Então as pessoas se sentem felizes de saber que vão ter um lugar onde elas possam desfrutar das nossas praias, com uma simples rampa de acesso para poderem tomar um banho de mar. Então isso é muito gratificante", reconhece. O projeto Praia Inclusiva oferece banho de mar assistido além de atividades como stand up paddle com pranchas adaptadas e futebol.

Veículo: NoMinuto.com - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 03/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Projeto de iluminação vai dar mais vitalidade e segurança ao Centro Histórico de Natal **Impacto:** Neutro

Link: <https://nominuto.com/noticias/natal/projeto-de-iluminacao-vai-dar-mais-vitalidade-e-e-seguranca-ao-centro-historico-de-natal/212742>

Projeto de iluminação vai dar mais vitalidade e segurança ao Centro Histórico de Natal

Obras estão sendo executadas pela Prefeitura, por intermédio de ações conjuntas da Semov, Semsur e STTU, com cooperação da Cosem e da Caern.

Da redação, Prefeitura do Natal, 3 de fevereiro de 2021

Compartilhar 0

Twitter

Joana Lima/Prefeitura do Natal



Projeto de iluminação pública será iniciado pelo Beco da Lama e Rua Coronel Cascudo, no bairro da Cidade Alta.

A Cidade Alta, berço de Natal, sempre foi um grande ponto de comércio e lazer da capital, além de abrigar construções históricas e uma tradição boêmia e cultural quase centenária. Ao longo das décadas, sofreu um período de desvalorização, mas ações continuadas da Prefeitura de Natal tem buscado devolver ao Centro a vitalidade do passado. A região vai ganhar agora um novo projeto de iluminação pública.

Enquanto área de intenso fluxo urbano (são aproximadamente 2,2 mil domicílios e mais de 700 pontos comerciais ativos), o Centro Histórico da capital necessita de ações em várias frentes, e a Prefeitura está investindo em obras de infraestrutura de recuperação das principais vias do bairro, incluindo o recapeamento asfáltico recentemente concluído e a criação de áreas de convivência e circulação de pessoas.

A requalificação da Cidade Alta iniciou com a reforma do Beco da Lama e do Espaço Ruy Pereira, que se tornaram espaços atrativos para a cultura e os novos negócios. O próximo passo é tornar o bairro mais seguro e ativo com a melhoria e modernização da iluminação.

O projeto será iniciado pelo Beco da Lama e Rua Coronel Cascudo e estão previstas readequações de iluminação também nas avenidas Princesa Isabel, Deodoro da Fonseca, Rio Branco, assim como no largo da antiga Junqueira Aires, hoje Av. Câmara Cascudo, nas ruas Padre João Manoel, Padre Pinto, Rua Mermoz, Rua Santo Antônio, Rua Dom Pedro, Ulisses Caldas, Praça André de Albuquerque, Rua Sete de Setembro e Rua da Conceição.

O prefeito Álvaro Dias destaca que a modernização da iluminação vai "impactar diretamente na melhoria da segurança dos que vivem, trabalham e frequentam a Cidade Alta. O Centro Histórico e comercial de Natal merece atenção contínua da Prefeitura, por isso integramos ações que não apenas melhorem a infraestrutura da área, mas a tornem um local com mais segurança de tráfego e, ainda, mais agradável, para o lazer do natalense", comentou.

As obras estão sendo executadas pela Prefeitura de Natal através de ações conjuntas das secretarias municipais de Obras Públicas e Infraestrutura (Semov), Serviços Urbanos (Semsur) e Mobilidade Urbana (STTU), com a cooperação da Cosem e Caern na logística de fiação e drenagem. O projeto engloba principalmente a troca das lâmpadas atuais por luminárias de LED de alta potência. Segundo o setor técnico da Semov, o projeto e a execução desta primeira etapa devem estar concluídos em até 30 dias.

O secretário-adjunto de Serviços Urbanos, Daniel Marinho, afirma que a modernização da iluminação também vai incidir na redução de custos ao erário do município. As luminárias de LED são mais econômicas e isso afeta diretamente nas contas de energia. Ele explicou que ao prover a redução dos custos, "o valor de sobra poderá ser utilizado para investir em outras áreas da cidade".

Para Marinho, será uma obra que trará benefícios para todos. "As ruas ficarão mais seguras e isso oferece aos comerciantes a possibilidade de deixarem suas lojas abertas por mais tempo. A melhoria da iluminação também ajuda no movimento noturno do Centro. Traz mais vida a uma área que já é bastante frequentada pelos natalenses", vslumbra.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 03/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Brasil formaliza oferta na OMC para abrir licitações a estrangeiros **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/brasil-formaliza-oferta-na-omc-para-abrir-licitaa-a-es-a-estrangeiros/502010>

Brasil formaliza oferta na OMC para abrir licitações a estrangeiros

Publicação: 2021-02-03 17:00:00

Um ano depois do primeiro anúncio, o Brasil formalizou hoje (3) a oferta de abertura das licitações públicas a empresas internacionais. O país apresentou à Organização Mundial do Comércio (OMC) uma lista de órgãos, bens e serviços que poderão entrar no acordo de compras governamentais.

Atualmente, 48 países integram o acordo, que dá isonomia a empresas nacionais e estrangeiras nas concorrências públicas. Em nota conjunta, os ministérios da Economia e das Relações Exteriores informaram que a medida abre acesso a um mercado de US\$ 1,7 trilhão por ano e acelera o ingresso do Brasil na OCDE.

A principal mudança no acordo é dispensar empresas estrangeiras de ter representante legal no Brasil para participar das licitações. A exigência passará a ser obrigatória apenas para a empresa que vencer a concorrência. A documentação de fornecedores será reconhecida mutuamente.

O acordo não abrange apenas a compra de produtos, mas de serviços e obras públicas. Dessa forma, uma empresa estrangeira poderá disputar em igualdade com a empresa nacional licitações que vão da compra de material de escritório e de serviços de computação à empreendimentos de construção civil.

De acordo com os dois ministérios, o acordo poderá resultar em aumento das exportações brasileiras, ao abrir o acesso de empresas brasileiras a licitações de outros países. "A adesão ao acordo promoverá a redução de gastos públicos e a melhoria da qualidade dos bens e serviços governamentais, e incentivará as exportações brasileiras e os investimentos externos no país", destacou a nota. O comunicado não detalhou a lista de bens, serviços e órgãos.

Histórico

A proposta de adesão do Brasil ao GPA tinha sido formalizada pelo governo brasileiro na reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), em janeiro do ano passado. Em fevereiro de 2020, o país anunciou a desburocratização da participação de empresas estrangeiras em licitações nacionais. As regras inicialmente entrariam em vigor em maio, mas foram adiadas para outubro do ano passado por causa da pandemia de covid-19.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 03/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Caixa aumenta em 20% oferta de crédito rural no primeiro semestre **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/caixa-aumenta-em-20-oferta-de-cra-dito-rural-no-primeiro-semester/502032>

Caixa aumenta em 20% oferta de crédito rural no primeiro semestre

Publicação: 2021-02-03 21:32:00

A Caixa Econômica Federal ampliou para R\$ 6,5 bilhões o volume de crédito rural disponível para o primeiro semestre. O valor representa crescimento de 20% em relação ao ano agrícola anterior.



Créditos: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Entre as modalidades contempladas nas linhas de crédito rural do banco, estão o financiamento da safra verão 2021/2022 e empréstimos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e para investimentos no campo.

Segundo a Caixa, as principais culturas financiadas serão soja, milho, algodão, arroz, feijão, mandioca e café, bem como atividades pecuárias.

A linha para a safra verão 2021/2022 permite ao produtor de grãos antecipar o custeio do plantio e da colheita. Os financiamentos permitirão o planejamento melhor da aquisição de insumos, antes do início da safra.

Com prazo de até 15 anos de pagamento e carência de até três anos, as linhas de investimento financiam a compra de máquinas e equipamentos novos, de animais, formação ou recuperação de pastos e construção de cercas e demais instalações, como galpões e currais. A modalidade também inclui empréstimo para a construção de armazéns e de sistemas de irrigação.

Com juros a partir de 2,75% ao ano, variando conforme o empreendimento, as linhas do Pronaf financiam a aquisição de insumos e o pagamento de serviços por pequenos produtores. O Pronamp tem uma linha de custeio, para cobrir os gastos da produção agrícola, e uma linha de investimento, para financiar melhorias nas propriedades ou compra de máquinas.

Desde 2013, a Caixa atua na concessão de crédito rural. Em oito anos, o banco emprestou R\$ 44 bilhões a 52 mil empreendimentos rurais.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: "Sinuca de bico" atropela a economia **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-sinuca-de-bicoa-atropela-a-economia/502071>

“Sinuca de bico” atropela a economia

Publicação: 2021-02-04 09:06:00

Alcyr Veras

Economista e professor universitário

Pelo grande volume de informações que circulam no país, nas últimas semanas, através dos jornais, do rádio, da televisão e das redes sociais, tem-se a impressão de que estamos diante de dois Brasis! Um país que está dividido ao meio, em dois pólos extremos, que se agredem mutuamente. Vivem uma inútil contenda, entre governo e oposição, mas que não haverá vencedor e nem vencido, pois se esquecem que o inimigo comum é a Pandemia. É hora da união de esforços conjuntos, não de protagonismos políticos. O coronavírus não tem cor partidária, até porque é invisível! Humor à parte, o fato é que os analistas que se auto-intitulam “cientistas políticos” dizem que essas frequentes relações conflituosas, entre Executivo e Legislativo, são inerentes à própria democracia. Poderiam até ser, se não fossem agressivas e desrespeitosas, as quais às vezes ultrapassam os limites da civilidade.

Observa-se, com acuidade, que uma pequena parte da mídia transparece alimentar, sutilmente, as divergências dessa polarização.

Os grandes embates e catástrofes, como guerras, epidemias, terremotos, tsunamis, pelos quais o mundo já passou, houve o necessário momento de trégua, de solidariedade e união. São atitudes humanitárias que atualmente parecem inexistir no sentimento das pessoas, que só pensam na materialidade do imediatismo.

Os governantes brasileiros, em sua grande maioria, estão de certa forma perdidos, pois esquecem o principal foco de suas ações, para as quais foram eleitos.

Não se vê, no Brasil, a iniciativa de uma grande mobilização propositiva, contando com a efetiva participação do Poder Público (federal, estadual e municipal), Igrejas, Sindicatos, Associações de Classes, Organizações não governamentais, Entidades em geral e da Mídia para, através de um Plano Nacional de Ação Conjunta, enfrentar a Pandemia.

A imunização contra o Covid-19 é, obviamente, a maior prioridade do país nos dias de hoje. É importante ver a árvore, mas também a floresta. Não tenho vocação para alarmista, nem para semeador de tempestades. Mas existe, atualmente no Brasil, um problema social muito grave de desemprego causado pela Pandemia.

O Orçamento público tem limites, porque depende da arrecadação de impostos. Não tenho procuração para justificar atos do Governo Federal, mas foi preciso, realmente, abrir crédito suplementar para pagar o auxílio emergencial que não havia como ser previsto antes, a fim de sustentar a massa de desempregados pela Pandemia. São prestadores de serviços informais, ambulantes, profissionais autônomos, microempreendedores, lojas, bares e restaurantes que fecharam devido aglomerações. Com isso, aumentou o endividamento interno do país, o preocupante Déficit público.

Mas, o problema do desemprego persiste, como também persiste a pressão pela continuidade do pagamento do auxílio emergencial. Estamos diante de um complicado dilema. Francamente, não gostaria de estar na pele do Ministro Paulo Guedes. Se não aumentar os impostos não tem como bancar a continuidade do auxílio emergencial. Mas, aumentando os impostos, a oferta de empregos diminui, podendo até haver dispensa de trabalhadores, como também os preços podem subir, provocando o aumento da inflação, e com isso o governo perde capital político. A chamada “sinuca de bico” não existe somente nos salões de jogos, existe também nas insinuas oscilações da Procura e da Oferta.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: STTU fará revisão no sistema de transporte público de Natal **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sttu-fara-revisa-o-no-sistema-de-transporte-pablico-de-natal/502047>

STTU fará revisão no sistema de transporte público de Natal

Publicação: 2021-02-04 09:30:00

Cláudio Oliveira
Mariana Ceci
 Repórteres

A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Natal (STTU) está realizando um levantamento sobre as condições do sistema de transporte coletivo da capital para redesenhá-lo, de modo a garantir que consiga se sustentar e oferecer mais qualidade aos usuários. Em entrevista ao Jornal da Manhã, desta quarta-feira (3), na Jovem Pan News Natal, o novo titular da pasta, Paulo César Medeiros, disse que essas adaptações devem ser estruturais e também têm o objetivo de abrir caminho para a licitação dos transportes, que vai demorar para acontecer, de modo que não volte a ser deserta.



Créditos: Adriano Abreu

Plano Trimestral Para Empresas

Decreto Constitucional Para Subs. Cargas de Perna Rápida. Assin. e Plano Trimestral

Problemas

saiba mais

■ "O nosso desejo é que ele seja lançado este ano, e vamos trabalhar para isso", diz Paulo César Medeiros

Recém-chegado à pasta, que vinha sendo ocupada pela engenheira civil, Eloquicina Santos, desde 2013, Medeiros disse à Jovem Pan que irá rever os moldes atuais para exploração dos transportes de modo a tornar o serviço mais atrativo para as empresas operacioná-lo. A sua antecessora não conseguiu resolver os gargalos do transporte público, mas ele disse que aposta

na mudança dos moldes de operação do sistema porque essa estruturação é uma grande necessidade para o serviço conseguir se manter.

A reestruturação deve começar pela mudança na forma como as linhas de ônibus estão dispostas. Esse redesenho deve mudar, por exemplo, o formato das linhas, que o secretário declarou que considera muito longas para cidade e que levam até uma hora e meia do ponto inicial para o ponto final. No trajeto, diversos imprevistos podem acontecer e provocar atrasos e essa dinâmica leva à mais tempo de espera nas paradas.

"A virada de chave será redesenhar o sistema e isso tem que proceder a licitação porque têm-se certeza de que será deserta já que não apareceram concorrentes nem na primeira e nem na segunda tentativa", disse.

A pandemia do novo coronavírus impediu nova tentativa de licitação dos transportes no ano passado e precisa agora reavaliar os editais, haja vista a queda abrupta inicial de 80% no número de passageiros ainda não recuperada, sendo que este é um fator fundamental nos cálculos da viabilidade do sistema, sendo necessário aguardar a estabilização da demanda para finalizar as novas revisões do edital de licitação. Com isso, depois de dois editais desertos, a licitação dos transportes deverá demorar para acontecer.

Mudanças

Na entrevista à Jovem Pan, Medeiros não detalhou quais linhas sofrerão mudanças, mas deixou claro que o novo projeto deverá interligá-las para garantir um fluxo constante de passageiros. "Precisa evitar prejuízos e fazer com que sejam linhas sustentáveis", disse. Paulo César classificou as medidas realizadas até o momento como "gambiarras, apêndice" e avaliou que não solucionaram os problemas porque estes devem ser resolvidos de maneira estrutural.

Natal tem atualmente 70 linhas de ônibus incluindo 5 linhas de Corujão que funcionam em horário estendido. Em setembro passado, a STTU promoveu mudanças nas linhas e itinerários alegando prejuízos causados ao sistema pela pandemia do novo Coronavírus, que, segundo a pasta, fez cair de 360 mil passageiros/dia para cerca de 140 mil passageiros/dia.

Para começar, ficou acertada a circulação de 70% da frota e houve mudanças em cerca de 10% das linhas, que segundo divulgou a STTU na ocasião, garantiria o equilíbrio econômico, evitando passivo financeiro ao Município. A intenção era aumentar o número de viagens das linhas, reduzindo percurso dos ônibus e o tempo de espera do passageiro nas paradas. Algumas linhas tiveram a tarifa reduzida para R\$ 3,20 de modo que o passageiro pudesse realizar integração em outra, quando precisasse ir para mais longe.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: "O nosso desejo é que ele seja lançado este ano, e vamos trabalhar para isso", diz Paulo César Medeiros **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-o-nosso-desejo-a-que-ele-seja-lana-ad-o-este-ano-e-vamos-trabalhar-para-issoa-diz-paulo-ca-sar-medeiros/502048>

“O nosso desejo é que ele seja lançado este ano, e vamos trabalhar para isso”, diz Paulo César Medeiros

Publicação: 2021-02-04 00:00:00

Quais são seus objetivos e metas para a Secretaria na nova gestão?

A área de trânsito e transporte sempre é, para qualquer gestor público, desafiadora. O nosso principal desafio será melhorar o serviço através de pequenas e grandes ações. Se pensarmos na mobilidade a partir dos dois vetores “trânsito” e “transporte”, o que eu preciso é de uma cidade em que o transporte público permita um bom fluxo de pessoas com um serviço de qualidade e um preço justo. Certamente, o redesenho da rede é uma coisa importante para que possamos ter sucesso nisso.



Créditos: Magnus Nascimento

Como o senhor avalia hoje o sistema de transporte de Natal?

Acho que precisamos melhorar muito. Essa melhora não é resultado de uma ação isolada. Temos muitas coisas a melhorar, como o uso intensivo de tecnologia para que as pessoas possam ir para a parada sabendo o tempo que vai demorar até o ônibus passar. Os longos tempos de espera são uma queixa recorrente sobre o transporte público. Além de agirmos para a conferência dos tempos, precisamos agir para informar os passageiros sobre isso, e isso já é uma tecnologia que está disponível, então precisa ser utilizada. Outro ponto sobre o qual acho que precisamos agir é em relação aos abrigos. Precisa haver o mínimo de conforto, nada sofisticado, mas pelo menos uma sombra e um local para se sentar, de forma que as pessoas possam esperar o transporte com conforto. O transporte de Natal é mais ou menos como o de qualquer cidade de porte médio no Brasil. Temos problemas de trânsito estreito, gente demais com carros nas ruas... isso faz parte da tradição brasileira de sempre que for possível, tentar adquirir um transporte próprio. Mas o que queremos fazer é que as pessoas migrem para o transporte público. Certamente se usássemos mais o transporte público, teríamos menos problemas no trânsito como um todo, como os engarrafamentos.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2
Título: "O nosso desejo é que ele seja lançado este ano, e vamos trabalhar para isso", diz Paulo César Medeiros
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-o-nosso-desejo-a-que-ele-seja-lana-ad-o-este-ano-e-vamos-trabalhar-para-issao-diz-paulo-ca-sar-medeiros/502048>

Quais serão os principais desafios para resolver esse gargalo provocado pela migração do transporte público para o particular?

Nós vemos o problema sob duas perspectivas: a dos operadores e dos usuários. O objetivo dos usuários é chegar rápido a seu destino e com conforto. Nós temos como desafio mapear por que isso não está sendo possível em Natal. Para isso, vamos precisar fazer um redesenho da rede, porque nós temos uma rede com muita sobreposição, linhas longas demais... vamos ter que encurtar isso, como está sendo feito em todo mundo. Além disso, há outro desafio, que é o do "novo normal". A gente ainda não sabe com toda certeza como será o mundo após a pandemia mas, ao longo dos últimos anos, tivemos uma queda sensível no número de passageiros que foi maximizada durante a pandemia. De 2014 até o começo da pandemia, havíamos perdido cerca de 35% do volume de passageiros. Quando chegou a pandemia, perdemos de cara 80% desse fluxo já reduzido. Hoje, essa situação melhorou um pouco, mas ainda estamos com cerca de 60% a menos. Digo isso porque o número de passageiros transportados é uma variável importante para o planejamento e manutenção do sistema. A pandemia ainda não acabou, e o que queremos é descobrir como as pessoas vão se comportar depois que ela acabar do ponto de vista dos transportes. Muitas pessoas passaram a fazer a opção por andar de bicicleta, compraram uma moto para sair do transporte coletivo. Isso tudo vai representar um rearranjo. A fotografia do sistema pré-pandemia certamente não será a mesma depois. Esperamos que, ao longo de 2021, possamos ter esse retrato mais adequado para que ele possa levar a consequências, inclusive, no processo licitatório.

A licitação dos transportes talvez seja uma das coisas mais aguardadas pela população do município. Quais são as perspectivas sobre a realização do processo este ano?

Eu espero que não tenhamos que esperar o final de 2021 para poder lançar esse projeto. Estamos trabalhando fortemente o redesenho da rede, e acho que é importante termos essa implementação para poder lançar a licitação. Não posso te dizer uma data. Se estivéssemos conversando sobre isso no início do ano passado, certamente poderíamos dar uma previsão de um ou dois meses. Entretanto, a situação da pandemia nos coloca em uma posição de não poder dar uma resposta definitiva, pois estamos assistindo a graves cenas ainda em todo o mundo. O nosso desejo é que ele seja lançado ainda este ano, e vamos trabalhar para isso. O que não sabemos é se as condições sanitárias permitirão que isso aconteça.

Em relação não à data de lançamento, mas ao edital em si: quais são os pontos que você considera como essenciais para constar nesse novo edital?

Estamos fazendo uma revisão do edital porque não desejamos que o novo processo licitatório seja frustrado por falta de participantes. O estudo que estamos fazendo sobre a pandemia e seus impactos vai direcionar algumas coisas. Certamente, o nível de investimentos requeridos dos operadores terá de ser balanceado, porque eles precisam ter condições de conduzir a operação. Tudo isso, no entanto, ainda está em fase de análise, e seria precipitado enumerar pontos agora.

Uma das questões que é frequentemente trazida pelos operadores é relativa ao subsídio das passagens. Eles afirmam que o sistema atual, na qual as passagens inteiras são insuficientes para financiar o sistema e, ao mesmo tempo, são repassadas a valores mais altos que afastam muitas pessoas do transporte público. Há discussões em curso sobre possíveis subsídios ou novos modelos de financiamento para o transporte de Natal?

É prematuro falar em subsídios porque a situação fiscal de todos os entes federados é muito frágil. O déficit da União deste ano foi maior do que R\$ 700 bilhões. Isso significa que a União, que tem uma brutal capacidade arrecadadora, vai enfrentar grandes dificuldades em 2021. Certamente, Estados e municípios, que são a parte mais fraca da Federação, vão enfrentar problemas também. Por isso acho precipitado falar em subsídios, mas isso não significa que não possamos ter algumas ações mitigadoras para tentar reduzir o custo dos transportes. Precisamos ter em vista a queda do volume de passageiros. O volume ajuda a pagar o sistema todo, então, quando eu tenho poucos passageiros, terei problemas sérios para manter um ponto de equilíbrio. Então, a STTU precisa se preocupar com isso também: para onde vamos com o volume de passageiros? Desejamos que esse número de passageiros volte a crescer aos patamares de 2013. O mais importante é se debruçar sobre os números que temos para planejar o futuro. A Europa já está vivendo um período de subsídios há alguns anos e algumas cidades brasileiras já adotam o modelo, mas neste momento seria muito pesado para a Prefeitura de Natal, principalmente porque precisaríamos pensar sobre as fontes deste financiamento, já que é um custo corrente e mensal.

O processo de redesenho das linhas vai passar pela ampliação no número de estações de transferência? Quais são as perspectivas sobre esse modelo?

Toda orientação é a intensificação disso. Linhas longas não funcionam. Temos uma história em Natal e fora de Natal que mostra que elas apresentam custos altos e problemas de frequência. Certamente, vamos assistir um encurtamento das linhas, e as Estações de Transferência serão uma peça fundamental. Estamos com uma pronta para ser entregue à população, e precisamos fazer a intensificação disso. Toda a nova modelagem passa por isso: redução do tamanho das linhas, aumento de frequência e o transbordo feito da forma mais rápida possível. É uma operação logística. O que a população quer é ter uma hora certa para pegar o ônibus e ter um tempo de deslocamento que seja o mínimo possível. O volume de tráfego retém o transporte coletivo mas, quanto mais passageiros tivermos no transporte coletivo, menos carros teremos na rua, e o trânsito fluirá melhor.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Álvaro Dias garante recursos para engorda da praia de Ponta Negra **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-lvaro-dias-garante-recursos-para-engorda-da-praia-de-ponta-negra/502043>

Álvaro Dias garante recursos para engorda da praia de Ponta Negra

Publicação: 2021-02-04 00:00:00

O projeto de ampliação e engorda da orla de Ponta Negra, uma das obras de grande impacto para a cidade do Natal, chega a uma nova etapa de viabilidade. Em viagem oficial a Brasília, que incluiu audiência na terça-feira (2) com o presidente da República, o prefeito Álvaro Dias ratificou com o governo federal o compromisso em garantir os investimentos necessários para a realização da obra que contempla a extensão da faixa da praia em dois quilômetros da orla.

Créditos: Alex Régis



Ao longo do ano passado, o enrocamento da praia de Ponta Negra foi ampliado pela Semov

Na audiência com o presidente da República, o prefeito Álvaro Dias apresentou temas como investimentos para a cidade do Natal e planejamento urbano. "O presidente garantiu total apoio aos projetos e outras obras que sonhamos e planejamos para Natal", destacou Álvaro, que foi ao encontro com o presidente acompanhado por auxiliares e pelos ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Fábio Faria (Comunicações).

Em outra etapa da agenda, o prefeito Álvaro Dias tratou dos detalhes técnicos do projeto da engorda de Ponta Negra diretamente com o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, pasta que é parceira do Município na obra. A audiência contou com a participação dos secretários municipais Thiago Mesquita (Semurb), Carlson Gomes (Semov) e Joanna Guerra (Sempla). Também integrou a comitiva Rossini Fernandes, diretor presidente da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município de Natal (Arspan).

"A reunião com o ministro Rogério Marinho foi bastante promissora porque conseguimos destravar os critérios burocráticos do projeto e alinhar os detalhes técnicos com base na licença concedida pelo Idema", comentou Álvaro Dias.

Em dezembro do ano passado, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (Idema) emitiu a licença prévia da obra que será constituída de blocos de concreto pré-moldados. O enrocamento servirá como estrutura de contenção, encosta e estabilização da erosão existente na área.

"Nossa intenção é concluir esta grande obra em um espaço de tempo menor possível. É importantíssima porque vai conter os danos ao calçadão, embelezar nossa orla e potencializar ainda mais nosso Turismo. É uma obra sonhada por todos, temos certeza de que vamos conseguir realizá-la", aposta Álvaro Dias. Ele ressaltou a importância do projeto prever cerca de 40 metros de faixa de areia na maré alta e 80 metros na maré baixa. "Vamos ter uma nova praia para um banho mais seguro e mais confortável", explicou o gestor.

Ainda constou da agenda oficial em Brasília, na terça-feira, uma reunião com o setor técnico da Defesa Civil, durante a qual a equipe da Prefeitura do Natal apresentou todos os estudos que o Idema solicitou para a emissão da licença. Agora, os técnicos do Município darão início à próxima etapa, que será a abertura do processo licitatório para contratação da empresa responsável pela obra.



Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Rio Grande do Norte receberá mais 51,8 mil doses da CoronaVac esta semana **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rio-grande-do-norte-recebera-mais-51-8-mil-doses-da-coronavac-esta-semana/502046>

Rio Grande do Norte receberá mais 51,8 mil doses da CoronaVac esta semana

Publicação: 2021-02-04 09:00:00

O Ministério da Saúde confirmou o envio, até o final desta semana, de mais 51,8 mil doses da vacina CoronaVac, desenvolvida pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac, ao Rio Grande do Norte. A informação foi dada ao prefeito de Natal, Álvaro Dias, pelo ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, em reunião realizada nesta quarta-feira (3), em Brasília. Conforme estimativa da Prefeitura do Natal, o Município deverá receber 13 mil doses, levando em conta o percentual de 25,19% da população do Estado que reside na capital.

Créditos: Adriano Abreu



Até hoje, o Rio Grande do Norte recebeu cerca de 128 mil doses das vacinas CoronaVac e da Oxford/AstraZeneca para grupos prioritários

"Tratamos de vários assuntos, entre eles a questão das vacinas, que é uma grande preocupação para o povo de Natal e de todo o Rio Grande do Norte. A boa notícia é que até a próxima sexta-feira nós vamos ter disponíveis a nossa parcela de imunizantes para continuar vacinando o público prioritário do plano de imunização", informou Álvaro Dias. Ele esteve no Ministério da Saúde acompanhado da secretária municipal de Planejamento, Joana Guerra, do secretário especial de Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município de Natal (Arsbán), Rossini Fernandes, e do secretário-executivo de Governo, Esdras Alves.

As doses serão distribuídas nos postos de saúde da capital e destinadas a complementar a vacinação do restante dos profissionais de saúde ainda não imunizados e os idosos, de acordo com os protocolos. Em 10 dias, Natal vacinou 23.962 pessoas com as primeiras doses contra a Covid-19. Até a noite da última segunda-feira (1ª), o "Vacinômetro" da Secretaria Municipal de Saúde (SMS Natal) marcava a aplicação de 23.362 doses. O restante foi aplicado na terça-feira (2) apenas nas Unidades Básicas de Saúde, com as atividades nos drive-thrus suspensas. Nesta quarta-feira (3), o atendimento foi interrompido temporariamente até a chegada do novo lote.

Novo lote

O Ministério da Saúde deve receber nos próximos dias mais uma remessa de vacinas da farmacêutica AstraZeneca/Oxford por meio do consórcio Covax Facility. A aliança global alocou para o Brasil 10.672.800 doses que serão distribuídas entre fevereiro e junho para ampliar ainda mais o acesso das vacinas aos brasileiros. No acordo celebrado, a entrega será dividida em duas etapas, sendo a primeira com mínimo de 25% de doses.

"As tratativas com a AstraZeneca tiveram início nesta terça-feira (2) e, sem dúvidas, a nossa parceria com o laboratório facilitou as conversas para que o acesso às vacinas seja o mais rápido possível, diminuindo o contágio e deixando mais pessoas protegidas", afirmou o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

O Brasil é um dos 191 países que integram o consórcio, que envolve a disponibilização de vacinas de 10 laboratórios diferentes. A aliança global, promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), foi criada para fomentar o desenvolvimento e a produção de imunizantes contra a Covid-19, permitindo o acesso justo e igualitário das vacinas.

Diante do imperativo de minimizar riscos e maximizar ganhos de adesão ao consórcio, o Brasil optou por contratar doses de vacinas para o equivalente a 10% da população brasileira, com distribuição de acordo com o Plano Nacional de Operacionalização de Vacinação contra a Covid-19, o que totaliza 42,5 milhões de doses.

Sesap alinha continuidade da vacinação

A Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap) alinhou na tarde desta quarta-feira com os municípios potiguares a continuidade do processo de vacinação contra a Covid-19. Em reunião com a participação do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do RN (Coserm-RN) e da SMS Natal, a Sesap acertou a distribuição das vacinas para a segunda dose do primeiro lote da CoronaVac a partir do dia 8/2.

As doses deverão ser aplicadas pelos municípios entre os dias 10 e 17/2, seguindo o cronograma técnico necessário para garantir a imunidade pela CoronaVac. A norma técnica da vacina aponta que o espaço entre a primeira e a segunda dose deve ser de 21 a 28 dias. A segunda etapa servirá às pessoas que tomaram a primeira dose no lote inicial utilizado na abertura do plano de operacionalização para vacinação contra a Covid-19 do estado.

A Sesap emitirá ainda esta semana uma nota técnica informando sobre o processo de entrega das novas vacinas. O sistema de distribuição seguirá o mesmo planejamento das etapas anteriores, com a participação do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar, quando as vacinas serão distribuídas para as Unidades Regionais de Saúde Pública e de lá retiradas pelos municípios.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Varejo farmacêutico alcança recorde de R\$ 58,2 milhões em 2020 **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/varejo-farmaca-utico-alcana-a-recorde-d-e-r-58-2-milha-es-em-2020/502058>

Varejo farmacêutico alcança recorde de R\$ 58,2 milhões em 2020

Publicação: 2021-02-04 00:00:00

O setor de grande varejo farmacêutico alcançou faturamento recorde de R\$ 58,2 bilhões em 2020, com alta de 8,8% em relação a 2019, aponta a Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma). Segundo a entidade, grande parte do resultado foi impulsionado pela venda de produtos classificados como "não medicamentos", itens de higiene pessoal, cosméticos e perfumarias. Essas mercadorias movimentaram R\$ 18,7 bilhões nas gôndolas e tiveram avanço de 9,16% em relação ao ano anterior. O valor representa 32% da receita total do setor.

Além disso, os medicamentos isentos de prescrição (MIPs) registraram incremento anual de 17,68%, chegando pela primeira vez à casa dos R\$ 10 bilhões em receita. A comercialização geral de medicamentos foi de R\$ 39,4 bilhões no período.

De acordo com a Abrafarma, o segmento de e-commerce e delivery ganhou relevância, com alta de 137,11% em relação ao ano anterior. A categoria totalizou R\$ 1,77 bilhão em receita e ampliou a representatividade de 1% para 3% do volume de negócios. Outro destaque do ano foi a introdução dos testes rápidos para covid-19 a partir de abril, que ultrapassou a marca de 2,5 milhões de testagens realizadas.

A associação também aponta que o tíquete médio das farmácias saltou de R\$ 55,07 para R\$ 65,69, alta de 19,2%. "O grande varejo viveu em cinco meses uma transformação de cinco anos em função da pandemia e do novo perfil do consumidor, muito mais digital e objetivo nas suas compras. E as farmácias ganharam relevância nesse contexto", avalia Sérgio Mena Barreto, CEO da Abrafarma.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** BA
Título: Estados perdem R\$ 34 bi em arrecadação em 2020 **Impacto:** Neutro

Estados perdem R\$ 34 bi em arrecadação em 2020

João Pedro Pitombo

SALVADOR No ano marcado pela grave crise econômica decorrente da pandemia, os estados brasileiros registraram uma perda de R\$ 34,6 bilhões em arrecadação própria comparado ao ano anterior.

Levantamento da Folha com base nos relatórios de execução orçamentária aponta que 18 estados, além do Distrito Federal, registraram queda na arrecadação própria.

Ao todo, os estados tiveram uma receita com impostos, taxas e contribuições de R\$ 571,6 bilhões entre janeiro e dezembro de 2020, ante R\$ 537 bilhões no mesmo período de 2019, em valores atualizados pela inflação. Trata-se de uma queda de 6%.

Em geral, a retração na arrecadação foi compensada pelas medidas de suspensão temporária de dívidas e pelo auxílio financeiro aos estados concedidos pelo governo federal no pacote de enfrentamento à crise da pandemia.

De acordo com levantamento do economista do Insper e colunista da Folha Marcos Mendes, o socorro às 27 unidades da Federação chegou a R\$ 68 bilhões até setembro de 2020, sendo R\$ 16,1 bilhões em suspensão do pagamento de dívidas à União e R\$ 51,9 bilhões em repasses diretos.

O programa de socorro, contudo, apresentou resultados desiguais entre os estados, segundo estudo da Rede de Pesquisa Solidária. O levantamento reúne conclusões de pesquisadores de instituições como a Universidade de São Paulo, o Cebrap e a Fundação Getúlio Vargas.

A perda da receita das unidades da Federação foi resultado direto da queda da atividade econômica. O pico das perdas se concentrou em abril, maio e junho de 2020, meses em que a maioria dos estados adotou medidas restritivas para evitar a disseminação do novo coronavírus.

Nesse período, foi registrada forte perda de ICMS em

comparação com o mesmo mês no ano anterior. Foi o que ocorreu, por exemplo, no Ceará, que teve perda de 38% no ICMS em maio na comparação com o mesmo mês de 2019.

Em alguns estados, além da redução da atividade econômica, medidas como o parcelamento e descontos de tributos dados para alguns setores mais atingidos pela pandemia também impactaram a arrecadação, mas de maneira pontual.

Dentre as 27 unidades da Federação, o Ceará foi o estado que teve a maior queda de receita própria em 2020 (-6,8%).

O estado possui cerca de 70% da sua matriz econômica baseada no comércio, serviços e turismo, setores que foram os mais impactados pelo distanciamento social.

Dois fatores tornaram o cenário no Ceará ainda mais complicado: o primeiro foi o motim dos policiais, em fevereiro, que também impactou a atividade econômica. O segundo foi o colapso no sistema de saúde, em abril e maio, que forçou o estado a adotar medidas restritivas duras.

"A pandemia foi bastante agressiva no Ceará. As medidas adotadas limitaram a atividade empresarial porque houve a necessidade de colocar as pessoas em distanciamento. O impacto no comércio e serviços foi enorme", diz

a secretária da Fazenda do Ceará, Fernanda Pacobahyba.

Ela ainda afirma que o estado vinha de uma base alta de arrecadação em 2019, ano em que registrou um desempenho acima do previsto. E destaca que, mesmo com as perdas, o Ceará conseguiu manter o nível de investimento em um patamar alto — foram investidos R\$ 1,8 bilhão em 2020.

A Bahia enfrentou um cenário semelhante, registrando uma queda real da arrecadação de 3,56% em 2020. O mês de maio foi o mais crítico, com uma redução de 30% na arrecadação do ICMS.

A recuperação veio no segundo semestre, puxada principalmente pelo dinheiro injetado na economia do com o auxílio emergencial. O benefício refletiu no desempenho do comércio, setor cuja arrecadação com ICMS fechou o ano com alta de 10,6%.

Por outro lado, houve perda na arrecadação em setores como serviços e indústria. A receita com a indústria caiu 4,5%.

O secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitorino, diz estar preocupado com o cenário econômico previsto para este ano, já que há incerteza quanto à continuidade do auxílio e de mecanismos de proteção do emprego. Para completar, o estado sofreu um ba-

que com o fechamento da fábrica da Ford em Camaçari.

"O ano de 2021 será ainda mais desafiador, já que o cenário econômico e social no país tende a se agravar, assim como permanece crescente a demanda por despesas de combate à pandemia, com forte impacto nos cofres estaduais."

Em Goiás, a queda real na arrecadação de tributos em 2020 foi de 4,52%, valor equivalente à inflação do ano anterior. Com os repasses de cerca de R\$ 2 bilhões do governo federal para o estado, além de cortes nas despesas, as finanças se mantiveram equilibradas. Os recursos que sobraram foram usados para quitar parte do déficit da Previdência em janeiro deste ano.

"Ficamos no zero a zero. Não tivemos um desempenho maravilhoso, mas também não tivemos perdas horríveis", diz a secretária da Economia de Goiás, Cristiane Schmidt, que destaca o papel do governo federal como determinante para melhoria da situação fiscal.

Para Schmidt, a vacinação deve ser encarada como prioridade máxima em 2021 para garantir a retomada da economia. Ela também defende a prorrogação do auxílio para os mais pobres, mas de uma forma fiscalmente responsável. "Ninguém quer que a União vá à bancarrota."

Na contramão da maioria das unidades da Federação, oito estados brasileiros registraram crescimento real na arrecadação em 2020: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima e Alagoas.

Estados que têm a agropecuária como protagonista da economia tiveram melhor desempenho. Mato Grosso do Sul, por exemplo, teve um incremento de 10,7% na arrecadação de tributos em 2020.

O desempenho foi puxado por uma alta de 41% na arrecadação de ICMS na agropecuária e agroindústria. A pecuária, soja, milho, madeira e cana de açúcar são os carros-chefe da produção local.

"Esses segmentos tiveram um desempenho muito favorável no ano passado. Houve aumento no preço dos produtos, crescimento da área plantada e maior eficiência na produção", afirma Felipe Mattos, secretário da Fazenda de Mato Grosso do Sul.

O aumento na arrecadação fez com que o estado mantivesse o ritmo dos investimentos mesmo em meio à pandemia. Ao todo, foram investidos R\$ 901 milhões em obras e equipamentos no ano passado. Para 2021 e 2022, o governo estadual preparou um pacote de R\$ 3 bilhões em obras públicas.

BR suspende venda de gasolina de aviação

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A BR Distribuidora decidiu suspender nesta quarta-feira (3) as vendas de gasolina de aviação após identificar problemas de qualidade no produto. A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) recomendou que os usuários suspendam o abastecimento caso tenham evidências de contaminação.

A gasolina de aviação é usada apenas em aeronaves de menor porte e, por isso, o problema não afeta a aviação comercial. Em nota, a BR diz que está recolhendo o produto defeituoso e o substituindo por novas cargas dentro das especificações.

O problema ocorre apenas sete meses depois que a importação de um lote defeituoso pela Petrobras deixou aeronaves da aviação comercial impossibilitadas de voar no país. Na ocasião, mais de 50 aeroportos brasileiros chegaram a ficar sem o produto.

O combustível foi produzido pela Petrobras, na refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão. Em comunicado no início da manhã, a BR disse que a suspensão das vendas ocorreu após a detecção "de um parâmetro do combustível fora dos limites de especificação".

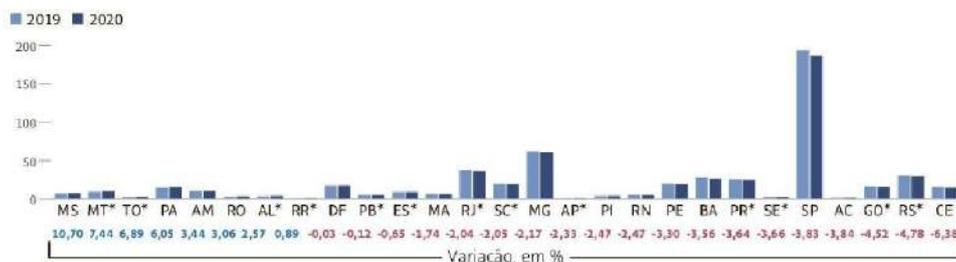
No fim da noite, a Petrobras confirmou o problema, mas disse que o produto atendia todos os parâmetros da ANP quando foi vendido.

Em junho de 2020, a Petrobras alegou que o produto com problemas foi comprado em um fornecedor "de reputação" nos EUA. Agora, disse que instalou uma comissão interna para apurar as causas do problema.

A estatal afirmou ainda que o novo lote chegará ao mercado no dia 8.

Estados têm queda de arrecadação no 2020 da pandemia

Arrecadação tributária por estado, em R\$ bi



*Repasse a municípios já está deduzido na arrecadação. **Atualizado pelo IPCA de 01/2020 a 12/2020
Fonte: Governos Estaduais

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** DF - **Imagem:** 1/2
Título: Bolsonaro pede ao Congresso reformas econômicas e privatização da Eletrobras **Impacto:** Neutro

mercado

FOLHA DE S. PAULO ***
QUINTA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2021 A15

Bolsonaro pede ao Congresso reformas econômicas e privatização da Eletrobras

Mineração em terras indígenas também está em lista entregue ao novo comando do Legislativo

Renato Machado, Danielle Brant e Fábio Pupo

BRASIL - Após problemas com o desentrelhecimento com o Congresso e falhas de articulação terem travado o avanço da agenda de reformas, o governo aproveitou a troca de comando na Câmara e no Senado para apresentar uma lista de projetos cuja aprovação diz considerar prioritária.

A lista foi recebida nesta quarta-feira (3) pelos novos presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Entre os temas, estão a aprovação das reformas tributária e administrativa, a privatização da Eletrobras e até a proposta de mineração em terras indígenas.

A relação compila várias propostas já defendidas desde o primeiro ano de governo pelo Ministério da Economia, como as três PECs (propostas de emenda à Constituição) do Plano Mais Brasil. O pacote de medidas obrigatórias foi apresentado pelo Executivo em novembro de 2020, mas até hoje não foi aprovado.

Incrivelmente, a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) considera serem prioridades imediatas a PEC Emergencial e o Orçamento. O objetivo é poupar recursos públicos em outras áreas para compensar eventual perda de recursos para vulneráveis setores.

Apostada ao longo do ano passado por especialistas como um caminho viável para cortar despesas e reforçar medidas sociais, a PEC Emergencial passou por percalços

mesmo sendo a companhia de perto pelo governo.

A PEC está sob relatoria do senador Marco Britar (MDB-AC). No ano passado, após reunião com Bolsonaro e Guedes, o parlamentar chegou a anunciar que a PEC limitaria o pagamento de precatórios (dí-

vidas do Estado reconhecidas pela Justiça) para obter recursos. O mercado ficou assustado com a ideia de o país não honrar compromissos e, por isso, houve recuo na proposta.

Depois, as discussões congelaram com as eleições municipais e a dedicação de parlamentares à campanha local de aliados.

Antes do fim do ano, chegou a ser ventilada a possibilidade de Britar desidrar a proposta de Guedes a ponto de ela não gerar efeitos fiscais significativos. Sem consenso, ele postergou a apresentação de seu texto para 2021.

Agora, a proposta pode ganhar tração. Antes da reunião no Congresso, Lira e Pacheco realizaram um evento no qual apresentaram a sua lista de prioridades, que foram levadas também a Bolsonaro. Pacheco afirmou que vai estabelecer com os relatores

prazos para análise das propostas de interesse do governo, como a reforma tributária e a PEC Emergencial.

Os novos presidentes também disseram que vão encontrar uma alternativa para o auxílio emergencial que respeite o teto de gastos.

Na lista do governo, chama atenção a menção às PECs 45 e 110 na parte em que é defendida a reformar a tributação. Na verdade, Guedes quer ver aprovadas primeiro mudanças somente em impostos federais, por meio de sua proposta que funde PIS e Cofins na Contribuição sobre Bens e Serviços (projeto já enviado ao Congresso).

Continuar na pag. A16

Lista das medidas prioritárias da área econômica

- Na Câmara**
- Reforma tributária (PECs 45/19 e 110/19, respectivamente na Câmara e no Senado)
 - Debêntures de infraestrutura (PL 2.646/20)
 - Privatização da Eletrobras (PL 5.377/19)
 - Marco legal do câmbio (PL 5.387/19)
 - Mineração em terras indígenas (PL 131/20)
 - Reforma administrativa (PEC 32/20)
 - Concessões florestais (PL 5.313/20)
 - Licenciamento ambiental (PL 3.729/04)
 - Regularização fundiária (PL 2.633/20)
 - Lei do gás (PL 4.476/20, já aprovado no Senado)
 - Depósitos voluntários (PL 3.877/20, já aprovado no Senado)
 - Teto remuneratório para servidores (PL 6726/16, já aprovado no Senado)
 - Proposta contra superendividamento com regras mais rígidas para crédito (PL 3515/15, já aprovado no Senado)
 - Autonomia do BC (PLP 19/19, já aprovado no Senado)
- No Senado**
- Proposta de rabetagem, ou RBT do Mar (PL 4.199/20, já aprovado na Câmara)
 - Marco legal das startups (PLP 146/19, já aprovado na Câmara)
 - PEC Emergencial (PEC 165/19)
 - Fundo de investimento agrícola (PL 5.191/20)
 - Modelo de partilha no petróleo (PL 3178/19)
 - Modernização do setor elétrico (P.L. 232/16)
 - Novas regras em ferrovias (PL 261/10)



BR PARTNERS

Por trás dos números e por trás dos rankings existe um fator que é incalculável: a confiança dos nossos clientes.



The Best Bank for Advisory in Latin America - Euromoney 2020

Líder em M&A e Emissão de CRIs no Brasil

1º em M&A no ranking Mergermarket e Bloomberg

1º em emissão de CRIs no ranking Anbima

34 deals de Investment Banking no valor de + R\$ 100 bi

30 deals de Capital Markets no valor de R\$ 4,99 bi

Investment Banking

 R\$ 155 mi Dezembro de 2020	 R\$ 16,5 bi Dezembro de 2020	 R\$ 1,2 bi Dezembro de 2020	 R\$ 275 mi Dezembro de 2020	 Não Divulgado Dezembro de 2020	 R\$ 2,5 bi Dezembro de 2020	 R\$ 420 mi Dezembro de 2020	 R\$ 2,2 bi Novembro de 2020	 R\$ 350 mi Outubro de 2020
 R\$ 6,7 bi Setembro de 2020	 R\$ 95 mi Setembro de 2020	 R\$ 20 bi Setembro de 2020	 R\$ 800 mi Setembro de 2020	 R\$ 100 mi Agosto de 2020	 R\$ 900 mi Agosto de 2020	 R\$ 1,3 bi Agosto de 2020	 R\$ 1,0 bi Maio de 2020	 R\$ 22,0 bi Julho de 2020
 R\$ 500 mi Setembro de 2020	 Não Divulgado Maio de 2020	 R\$ 232 mi Abril de 2020	 R\$ 110 mi Abril de 2020	 R\$ 805 mi Março de 2020	 R\$ 4,0 bi Março de 2020	 R\$ 1,0 bi Fevereiro de 2020	 R\$ 22,0 bi Julho de 2020	

Capital Markets

 R\$ 108 mi Outubro de 2020	 R\$ 170 mi Outubro de 2020	 R\$ 32 mi Outubro de 2020	 R\$ 144 mi Outubro de 2020	 R\$ 396 mi Outubro de 2020	 R\$ 300 mi Outubro de 2020	 R\$ 194 mi Outubro de 2020	 R\$ 150 mi Outubro de 2020	 R\$ 113 mi Setembro de 2020	 R\$ 30 mi Setembro de 2020	 R\$ 1,17 bi Agosto de 2020	R\$ 156 mi Agosto de 2020	R\$ 100 mi Julho de 2020
 R\$ 207 mi Julho de 2020	 R\$ 60 mi Julho de 2020	 R\$ 236 mi Julho de 2020	 R\$ 254 mi Julho de 2020	 R\$ 96 mi Julho de 2020	 R\$ 40 mi Julho de 2020	 R\$ 56 mi Julho de 2020	 R\$ 210 mi Julho de 2020	 R\$ 131 mi Maio de 2020	 R\$ 30 mi Maio de 2020	 R\$ 289 mi Fevereiro de 2020	R\$ 45 mi Fevereiro de 2020	R\$ 179 mi Janeiro de 2020

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** DF - **Imagem:** 2/2
Título: Bolsonaro pede ao Congresso reformas econômicas e privatização da Eletrobras **Impacto:** Neutro

Bolsonaro pede ao Congresso reformas econômicas e privatização da Eletrobras



Jair Bolsonaro e os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL)
Pedro Ladeira/
Folhapress

Continuação da pág. A15

As PECs 45 e 110, de autoria do Congresso, incluem na fusão o ICMS (estadual) e o ISS (municipal), o que Guedes vê como uma tarefa de grande complexidade e que pode travar as discussões sobre a reforma. Essa visão foi reiterada nesta semana pela equipe econômica.

Na lista do governo, outro ponto importante é a privatização da Eletrobras, que enfrenta resistência no Congresso. Na semana passada, o então presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, pediu demissão e alegou, entre outros problemas, dificuldades para privatizar a empresa e falta de crença no avanço do processo.

Não foi a primeira baixa por causa das privatizações. Salim Mattar, então secretário de Desestatizações do Ministério da Economia, pediu demissão em agosto de 2020 após constatar que seu trabalho para vender empresas teria pouco avanço.

Mattar costuma culpar o “sistema” pela morosidade na agenda de privatizações, mas já responsabilizou especificamente Bolsonaro por não tocar o processo nem mesmo

de empresas cuja venda dependia somente do Executivo. “Depende só dele [Bolsonaro]. Falta vontade”, disse Salim durante live em setembro.

Entre os integrantes da equipe econômica, as privatizações não têm sido comentadas nos últimos dias como uma prioridade imediata e considera-se até que o tema arrefeceu. Mesmo assim, as vendas de estatais continuam como um tema bastante desejado.

Conforme mostrou a *Folha*, a equipe econômica planeja uma lista escalonada de prioridades com o Congresso, começando com a discussão de propostas menos polêmicas. Influi nesse debate a visão de que há uma janela de tempo limitada para a aprovação de reformas, que vai até setembro (antes do início das discussões sobre a sucessão presidencial).

O governo federal também pretende aprovar o polêmico projeto que regulamenta a mineração em terras indígenas. A proposta vem sendo defendida publicamente pelo vice-presidente Hamilton Mourão, como uma alternativa para conter as atividades de garimpo ilegais e, consequen-



Depende só dele [Bolsonaro]. Falta vontade

Salim Mattar em setembro, um mês depois de pedir demissão da Secretaria de Desestatizações do Ministério da Economia, frustrado com o atraso nas privatizações

temente, os desmatamentos na região da Amazônia.

Também está na lista a aprovação de marcos setoriais defendidos por Guedes, como a nova lei do gás (com objetivo de baratear o custo da energia) e novas regras para segmentos como ferrovias e cabotagem.

O governo busca ainda a aprovação de projetos de lei referentes à partilha do petróleo e gás. A proposta do senador José Serra (PSDB-SP) dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo e de gás natural, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas.

O objetivo é permitir a licitação com concessão nos blocos em que esse regime for mais vantajoso para o Brasil e instituir a disputa em igualdade de condições nas licitações de partilha da produção.

O governo também aponta como prioridade as propostas que abrem espaço para modernização do setor elétrico, que disciplinam a exploração indireta do transporte ferroviário e que estabelecem o marco legal do mercado de câmbio.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Programa que renegocia dívida tributária pode voltar **Impacto:** Neutro

FOLHA DE S.PAULO ***

QUINTA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2021 **A17**

mercado

Programa que renegocia dívida tributária pode voltar

Governo Bolsonaro avalia novo parcelamento para empresas e pessoas físicas

Bernardo Caram

BRASÍLIA Sem sinal de enfraquecimento da pandemia e com cenário incerto para a recuperação econômica, o Ministério da Economia avalia relançar um programa de renegociação de dívidas tributárias voltado a empresas e pessoas físicas impactadas pela crise sanitária.

A ideia é incentivar a regularização de débitos da dívida ativa da União e evitar que o Congresso tome frente nessa discussão e crie programas de Refis (refinanciamento de dívidas tributárias), modelo considerado prejudicial ao sistema de arrecadação.

Enquanto os programas de Refis concedem benefícios lineares, iguais para os contribuintes, a chamada transação tributária avalia caso a caso e é focada apenas naqueles em situação financeira delicada.

Em 2020, a chamada transação excepcional autorizou o parcelamento de débitos em até 1,5 vezes, com descontos de até 70% sobre o valor total da dívida. O prazo para adesões acabou 29 de dezembro.

De acordo com o procurador-geral-adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União, Cristiano Neuenschwander, embora o governo ainda não tenha batido o martelo sobre a reedição do programa, a pasta

prepara modelos para a possível implementação.

"Estamos analisando o que aconteceu no programa do ano passado para embasar um novo. Os estudos estão sendo feitos neste momento e, assim que a gente tiver uma definição, a nossa medida é muito rápida de ser implantada", disse à Folha.

"É uma possibilidade de fazer uma nova medida ou fazer uma reabertura da anterior se persistir realmente a situação [de dificuldade], conforme análise feita no ministério", afirmou.

Uma lei aprovada pelo Congresso no ano passado permite que o Ministério da Economia crie programas desse tipo sem a necessidade de nova avaliação do Legislativo. Basta a edição de uma portaria, que tem validade imediata.

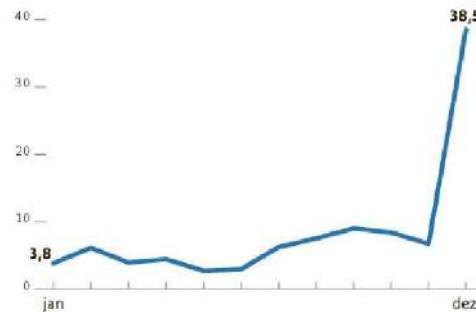
Em 2020, 268 mil contribuintes aderiram a essas renegociações, com dívidas que totalizam R\$ 81,9 bilhões. Para fechar os acordos, o governo concedeu descontos, abrindo mão de arrecadar R\$ 25,6 bilhões.

Ainda assim, a avaliação da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) é que o resultado foi positivo, já que a maior parte desses débitos era considerada de difícil recuperação.

Quatro modalidades de

Adesões a programas de renegociação e parcelamento de dívidas tributárias

Em 2020, em R\$ bilhões



R\$ 25,6 bilhões

É valor total dos descontos dados pelo governo a contribuintes que renegociaram dívidas em 2020

Programas de renegociação encerrados em dezembro de 2020

	Valor máximo da dívida	Desconto sobre o total da dívida	Número de parcelas
Transação extraordinária	Sem limite	Sem desconto	Até 145
Transação excepcional	Até R\$ 150 milhões	Até 70%	Até 145
Dívidas de pequeno valor	Até 60 salários mínimos	Até 50%	Até 55
Dívidas rurais	Sem limite	Até 70%	Até 145

Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

acordos ficaram abertas até dezembro. Os programas contemplavam pessoas físicas e empresas de todos os portes, inclusive do Simples Nacional.

Grande parte dos contribuintes esperou até o limite do prazo para aderir aos programas.

Até novembro, o maior volume de dívidas renegociadas em um mês havia sido de R\$ 8,9 bilhões. Somente em dezembro, último mês do programa, as adesões totalizaram R\$ 38,5 bilhões.

Em defesa do programa, Neuenschwander afirma que, diferentemente do Refis, a transação excepcional é focada em contribuintes que passam por dificuldades e estão com capacidade de pagamento comprometida.

A concessão dos descontos também leva em conta a situação de cada pessoa ou companhia.

No caso do Refis, as vantagens concedidas são horizontais, beneficiando inclusive empresas em boa situação financeira. A pasta argumenta que esse modelo acaba incentivando o não pagamento de tributos.

No Congresso, foram apresentados ao menos três projetos em 2020 para implementar uma espécie de Refis da Covid.

"A gente fica preocupado com medidas que podem trazer um resultado ruim para a arrecadação, que permitiriam que contribuintes com alta capacidade de pagamento — alguns que até aumentaram suas receitas durante a pandemia — se beneficiassem de uma medida sem justificativa técnica, uma alocação ineficiente do gasto tributário", disse o procurador.

Dados da PGFN apontam que mais de 80% dos contri-

buintes que se beneficiaram dos programas de Refis não estavam em situação de dificuldade e teriam condições de arcar com os tributos sem a concessão de descontos.

A transação excepcional do ano passado deu benefícios maiores para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, Santas Casas e instituições de ensino. Nesses casos, houve desconto até 100% sobre multas, juros e encargos, respeitando o limite de 70% do valor total da dívida.

O cálculo da redução também levou em conta o impacto sofrido pela pessoa ou empresa durante a pandemia.

Para companhias de médio e grande porte, o desconto foi de até 100% sobre multas, juros e encargos, limitado a 50% do valor total da dívida.

A adesão à renegociação só era autorizada após comprovação de capacidade insuficiente de pagamento dos débitos. Para isso, foram analisados indicadores financeiros dos candidatos aos parcelamentos.

O programa de 2020 previa que no primeiro ano após a assinatura da renegociação, chamado de período de estabilização, haveria cobrança mensal de apenas 0,3% do valor do débito.

O modelo foi desenhado com pagamentos menores nos primeiros 12 meses para dar fôlego aos contribuintes impactados pela pandemia.

A dívida ativa da União reúne hoje débitos de R\$ 2,57 trilhões. Do total, quase R\$ 2 trilhões estão em situação irregular, sem acordo para pagamento ou adesão a parcelamentos.

Vinicius Torres Freire
O colunista está em férias

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** DF

Título: Ministro ameaça encerrar leilão do 5G se teles não fizerem rede para Bolsonaro **Impacto:** Neutro

Ministro ameaça encerrar leilão do 5G se teles não fizerem rede para Bolsonaro

Fábio Faria afirma que defenderá certame arrecadatório se houver resistência a investimento

Julio Wiziack

BRASÍLIA O ministro Fábio Faria (Comunicações) subiu o tom com as operadoras de telefonia. Ele disse que poderá elevar o preço das licenças no leilão do 5G caso as empresas resistam a construir uma rede fechada para o governo federal.

A medida é uma das contrapartidas de investimento impostas pela gestão Jair Bolsonaro (sem partido). Com uma rede própria, o governo não deverá impor restrições à presença de equipamento da chinesa Huawei no 5G.

Caso digam não à estrutura própria para Bolsonaro, Faria disse às operadoras que concordaria com o ministro Paulo Guedes (Economia) e defenderia um leilão arrecadatório — com lances mínimos elevados —, uma forma de reforçar o caixa da União.

O recado foi dado pelo ministro das Comunicações em conversas antes de embarcar para uma missão oficial rumo

aos países-sede das fabricantes de equipamentos de telefonia de quinta geração.

A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) pretendia votar as regras do leilão na sessão de segunda (1º), mas o presidente do órgão, Leonardo de Moraes, decidiu pedir vista diante das controvérsias.

O processo deverá ser retomado em 24 de fevereiro, a tempo de garantir a realização do certame no final do primeiro semestre.

Pelas regras apresentadas pelo conselheiro-relator, Carlos Baigorri, as teles farão investimentos obrigatórios no lugar do governo. A fórmula segue orientação dada por uma portaria do Ministério das Comunicações em edição extraordinária do Diário Oficial na sexta-feira (29).

Em troca, a União abrirá mão de receber tanto dinheiro em lances no leilão pelas licenças de exploração das faixas de frequências 5G. Frequências são como avenidas

no ar por onde as teles fazem trafegar os sinais.

O valor dessas contrapartidas será descontado do preço das licenças 5G.

A construção da rede privada é uma dessas obrigações e foi definida de última hora para que o governo Bolsonaro pudesse manter o discurso de restrições à Huawei. Nessa rede, a chinesa estaria de fora, embora não haja um veto explícito na portaria, nem na proposta de edital.

Com o impasse, Faria ameaçou jogar esse valor para o preço das licenças, como quer Guedes. O chefe da Economia propõe menos investimentos em todas as faixas para receber mais pelas licenças.

O edital propõe a criação de uma empresa independente, que conduzirá a execução dessas contrapartidas — ela será abastecida com recursos das teles vencedoras do leilão.

Cerca de R\$ 1,6 bilhão serão necessários para a distribuição de aparelhos que permiti-

rão a captação de sinais de satélites — que passarão a operar em outra faixa de frequência. A atual será usada no 5G.

Outra tarefa da nova empresa será a construção da rede de Bolsonaro, que deve girar em torno de R\$ 1 bilhão.

Quando discutiram sobre essa rede, ficou acertado que ela ficaria restrita aos órgãos da administração pública federal em Brasília. No entanto, a portaria foi publicada incluindo setores de segurança pública e de fiscalização nos estados — muito mais do que previamente acordado.

Pouco depois, o governo sinalizou que outros Poderes poderão aderir a essa rede, tanto fixa quanto móvel.

As teles afirmam que não será possível construir essa infraestrutura, mesmo via uma empresa independente. Com ações listadas em Bolsa, não conseguiriam explicar aos acionistas por que estão destinando recursos para uma rede operada por um concor-

rente público — a Telebras.

A situação também gerou dissabores para Guedes. Ele reclamou com Faria de que a proposta era uma manobra para tentar turbinar a estatal e, assim, retirá-la do programa de desestatização. Faria afirmou que, se for o caso, modificará o decreto que delega à Telebras o papel de operador de políticas públicas.

Segundo as empresas, a vinculação de seus executivos — que terão assento no conselho e na diretoria da nova empresa — ao escrutínio do TCU será outra barreira. Para eles, haveria uma questão incontornável de governança corporativa por causa da mistura entre público e privado.

Dificulta ainda as conversas o fato de que as teles não podem assumir compromisso de investimento sem saber que rede terão de construir, a cobertura que terão de ofertar e com quais equipamentos deverão operar.

Hoje, as companhias já ad-

ministram redes privadas dedicadas a órgãos da administração pública e geram receita com essa prestação de serviço.

Cálculos grosseiros das operadoras indicam que os blocos das quatro faixas de frequência a serem leiloadas valem algo entre R\$ 25 e 28 bilhões.

As obrigações definidas pelo governo e incluídas na proposta de edital pela Anatel já se equiparam a esse valor. Ou seja: a rede privativa se torna um problema porque, sem especificação exata, pode custar tanto R\$ 500 milhões quanto R\$ 3 bilhões, dependendo das exigências da Presidência.

Da forma como o leilão foi idealizado pelo governo, o valor dos investimentos (contrapartidas) será descontado do valor das frequências. Há representantes de operadoras avaliando que o governo trabalha com valores muito elevados para as frequências, motivo para tantas obrigações.

Dizem que no 5G a curva de receita será negativa por bastante tempo, especialmente se o padrão tecnológico for o mais moderno, que exigirá a construção de uma rede totalmente nova e independente da que está em funcionamento com tecnologias 3G e 4G.

Por isso, Faria considerou retirar a obrigação da construção de uma rede privada federal e jogar o valor no preço das licenças. As teles, no entanto, ainda querem outra solução.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: País simplifica aval a vacinas e negocia 30 milhões de doses de Rússia e Índia **Impacto:** Neutro

A14 | QUINTA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2021

ESTADO DE S. PAULO

Metrópole

SITUAÇÃO DA COVID-19 NO PAÍS

Com dados do consórcio da imprensa e do ministério (recuperados)

TOTAL DE PORTES	NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24 HORAS	MÉDIA DIÁRIA DE MORTES	TOTAL DE VACINADOS	TOTAL DE TESTES POSITIVOS	NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24 HORAS	NÚMERO DE REQUERIDOS*
227.592	1.209	1.051	2.767.131	9.339.921	53.665	8.236.864

PADEMIA DO CORONAVÍRUS

SP suspende restrição no fim de semana e cria placote para bar e restaurante. Pág. A16

Anvisa elimina exigência de imunizante ter fase 3 no Brasil para autorização de uso emergencial; medida pode favorecer a Sputnik V, que divulgou eficácia de 91,6% em revista científica esta semana. Covaxin assina cooperação com Einstein e pede para fazer testes no Brasil

País simplifica aval a vacinas e negocia 30 milhões de doses de Rússia e Índia



Nova regra. Prazo de análise de vacinas cuja fase 3 dos testes foi feita no exterior será de 30 dias; mudança pode ajudar ainda no recebimento, via consórcio Covax, de doses da Moderna

Matheus Vargas / BRASÍLIA
Marco Antônio Carvalho

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) decidiu mudar as regras para que empresas possam o uso emergencial de vacinas para covid-19 no Brasil, o que pode facilitar a entrada da Sputnik V. Foi retirada a exigência de que estudos de fase 3 estejam em andamento no País. Pouco depois, porém, informou-se que a vacina indiana Covaxin pediu autorização para testes. E o Ministério da Saúde divulgou que negocia a compra de 30 milhões de doses de Sputnik V e Covaxin.

A Anvisa informou que passaria a se valer de dados de estudos concluídos internacionalmente e o prazo para análise de uso emergencial nesses condições deverá ser de 30 dias. Para as vacinas com estudos nacionais, esse prazo é de dez dias, como nos casos da Coronavac e do imunizante de Oxford/AstraZeneca, que obtiveram autorização em janeiro. A Precisa Medicamentos, que representa o laboratório indiano Bharat Biotech, anunciou nesta quarta-feira que assinou um termo de cooperação científica com o Instituto Israelita Albert Einstein de Ensino e Pesquisa (IAEEP) para realizar, no País, os estudos de fase 3 da Covaxin.

Essa discussão ocorre no momento em que a Anvisa é pres-

sionada para liberar o uso do imunizante, desenvolvido pelo Instituto Gamaleya, da Rússia.

Anteontem, estudo publicado na revista científica *Lancet* apontou que a Sputnik V tem eficácia de 91,6% contra casos sintomáticos da covid-19. Questionada sobre a motivação para a mudança nos critérios diante da aparente pressão pelo produto russo, a diretora da Anvisa Meiruze Freitas disse que a alteração "não tem nada a ver com a decisão de publicação da *Lancet*", diria que foi coincidência.

"O processo está sendo discutido há mais tempo. Não foi pleito de nenhuma empresa, do governo, do Ministério da Saúde."

A mudança promovida nesta quarta-feira foi justificada pela agência também sob o argumento de que a pandemia promoveu aprendizdos e que seguiu uma experiência internacional sobre o assunto. Meiruze Freitas lembrou que os Estados Unidos e o Reino Unido também se permitiram aval emergencial para os imunizantes testados no próprio território. "A decisão anterior ocorreu no sentido de tomar precaução. Mas a estratégia de aprimoramento regulatório é contínua e já temos o conhecimento para entender que é possível ampliar o uso emergencial."

O gerente-geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Gustavo Mendes, lembrou que os estudos no exterior preci-

sam ser conduzidos de acordo com as diretrizes internacionais, cujas regras são discutidas entre as agências reguladoras em fóruns especializados. "Isso significa que é um estudo confiável, para o qual podemos olhar e obter respostas sobre eficácia, qualidade e segurança da vacina", afirmou.

O diretor reforçou que, nos casos dos estudos estrangeiros de fase 3, a Anvisa pedirá acesso aos dados brutos e que haja acompanhamento das empresas sobre os participantes da pesquisa por um ano. "Nossa função é garantir que a pessoa, quando sai de casa para ir ao posto de vacinação, e oferece seu braço a alguém que vai injetar

líquido ali, vai receber uma vacina segura, eficaz e com qualidade. Essa tranquilidade é o nosso objetivo e por isso que precisamos de todos os passos previstos e informações para tomar a decisão (de liberação do uso emergencial)", acrescentou.

Por fim, a diretoria da Anvisa lembrou que o Brasil é elegível para receber diferentes vacinas pelo consórcio Covax Facility. Assim, a mudança na exigência da análise pode passar a englobar eventualmente imunizantes como o da Moderna e a Novavax - que não fazem testes no Brasil, mas poderiam passar a ser recebidos.

Repercussão. A decisão da An-

visa foi bem recebida por profissionais da saúde por se tratar de uma medida que pode acelerar a vacinação e frear o número de mortes por coronavírus, ainda mais em um momento em que há mutações mais transmissíveis da covid-19 circulando entre a população.

"A ideia de que o estudo seja feito na nossa população é por que existem diferenças de respostas imunológicas entre grupos étnicos. É importante ter o resultado de uma vacina para a nossa população, é o ideal. A gente viu a mesma vacina (Coronavac) ter resultados de eficácia diferentes aqui e na Turquia", explicou Mônica Levi, diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm). "Se que não estamos em uma situação normal. Estamos vendo grande número de mortes todos os dias, sistemas de saúde em colapso. Não podemos nos dar ao luxo de cumprir todos os requisitos e as muitas burocracias", explicou.

O epidemiologista Paulo Lotufo, da Universidade de São Paulo (USP), ressaltou que, ao contrário do que ele tem visto nas redes sociais, a Anvisa não suspendeu a exigência de testes clínicos na fase 3, mas sim a obrigatoriedade de que essa fase seja realizada em território nacional. Já a coordenadora da Rede Análise Covid-19, Melanie Fontes-Dutra, acredita que a Anvisa deve ficar mais atenta para

que os testes clínicos realizados em outros países tenham uma boa representatividade entre os participantes.

Disponibilidade. A expectativa do presidente da União Química, Fernando de Castro Marques, é que 10 milhões de doses da Sputnik V sejam importadas para o Brasil entre fevereiro e março. Segundo ele, em abril o laboratório já estará apto para produzir 8 milhões de doses por mês. A União Química é a única empresa na América Latina que também produz o IFA, o insunso farmacêutico ativo. Ou seja, quando a vacina for liberada pela agência reguladora, o laboratório não dependerá da importação de nenhum componente de outro país, como acontece agora com a Fiocruz e com o Instituto Butantan.

Além disso, o Ministério da Saúde informou que a empresa indiana Bharat Biotech sinalizou que poderia entregar 8 milhões de doses ainda em fevereiro e, no mês seguinte, mais 12 milhões. Menos conhecida no Brasil, a Covaxin ganhou espaço no noticiário após a Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas (ABCVAC) divulgar que negociava 5 milhões de doses. O ministério disse que mesmo clínicas particulares deverão seguir as diretrizes da rede pública (SUS) sobre grupos prioritários. **COLABORARAM JOÃO PRATA e ÉRIKA MOTODA**

PARA ENTENDER

STF: cobrança sobre segurança

Mesmo sem a exigência da fase 3 de pesquisa, a Anvisa ainda aguarda dados de segurança e eficácia da Sputnik V. Ao Supremo Tribunal Federal (STF), a agência aponta a falta de dados básicos desse produto. Já a União Química chama, na mesma ação, as cobranças da Anvisa de "exageradas". O governo federal tem apostado na compra da

Sputnik V, que nos bastidores tem sido vista até como uma possível "vacina de Bolsonaro".

A agência cobrava até esta terça-feira, em seu guia para submissão do pedido de uso emergencial, que estudos finais da vacina estejam pelo menos sendo conduzidos no Brasil. Por essa regra, apenas as vacinas de Oxford/AstraZeneca, a Coronavac e os imunizantes da Janssen e da Pfizer poderiam solicitar agora o uso emergencial.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 04/02/21 - Cidade/UF: DF

Título: Lira e Pacheco buscam alternativas para retorno do auxílio emergencial Impacto: Neutro

B1 | QUINTA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2021

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Vestir a camisa da cidade é fazer o possível para torná-la um lugar melhor.

Acesse tegravestep.com.br e conheça todas as nossas iniciativas.

TEGRA

INCORPORADORA

Efeito pandemia. Presidentes da Câmara e do Senado dizem que vão discutir forma de viabilizar o pagamento; solução pode vir no Orçamento em tramitação, mas governo tem de apontar qual despesa seria reduzida. Outra saída é criação de um crédito extraordinário

Lira e Pacheco buscam alternativas para retorno do auxílio emergencial

Daniel Weierman
Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Os recém-eleitos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), se comprometeram ontem em discutir "alternativas" para uma novarodada de auxílio emergencial. O benefício, pago a trabalhadores informais, desempregados e beneficiários do Bolsa Família, vigorou em 2020.

O posicionamento das duas lideranças do Congresso praticamente coloca como muito próxima a prorrogação do benefício, mesmo que em tamanho e alcance menores. A questão agora é construir solução dentro ou

fora do teto de gastos, a regra que impede o crescimento das despesas acima da inflação.

"O Senado Federal e a Câmara dos Deputados manifestam que trabalharão de forma conjunta, harmônica e colaborativa em todos os temas que possam facilitar e ajudar os brasileiros na superação do drama da pandemia, incluindo, sobretudo, a análise das possibilidades fiscais para, respeitando o teto de gastos, avaliar alternativas de oferecer a segurança financeira através de auxílio emergencial", afirmaram os presidentes das duas Casas, em nota conjunta divulgada ontem.

O avanço da doença e o atraso na vacinação aumentaram a

pressão por uma nova rodada do auxílio. "Estamos estabelecendo, com o nosso colégio de líderes e com a equipe econômica do governo federal, um caminho para compatibilizar o auxílio governamental aos mais carentes, que ainda é absolutamente necessário neste momento, com os princípios que norteiam a responsabilidade fiscal", discursou Pacheco ontem na abertura dos trabalhos legislativos.

O presidente do Senado classificou o impasse como um "duro dilema", pois para ele há necessidade de socorrer pessoas em situação de vulnerabilidade e, por outro lado, o equilíbrio fiscal é "indispensável".

• Mais carentes

"Estamos estabelecendo, junto ao nosso colégio de líderes e à equipe econômica do governo federal, um caminho para compatibilizar o auxílio governamental aos mais carentes."

Rodrigo Pacheco
PRESIDENTE DO SENADO

Impasse. O impasse está no teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior. Uma novarodada do benefício, neste caso, só poderia sair do papel com redução de outro gasto na mesma

proporção. Fontes do Congresso afirmam que a solução pode vir no Orçamento de 2021, em tramitação, mas o governo precisaria apontar qual despesa seria reduzida.

Um caminho alternativo é abrir um crédito extraordinário no Orçamento por medida provisória assinada por Bolsonaro, que ficaria fora do teto de gastos, mas aumentaria o endividamento da União. Essa opção só poderia partir do governo federal, e pode ocorrer a qualquer momento, independentemente da votação do Orçamento. Há uma tentativa no Congresso de viabilizar esse caminho, mas com uma compensação de aumento de receitas. Nesse caso,

mesmo fora do teto, não haveria aumento do endividamento.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já avisou que, se o Congresso quiser dar o auxílio emergencial terá de seguir o protocolo de "guerra" da pandemia da covid-19. Ou seja, aprovar uma cláusula de calamidade pública e compensar depois com medidas de cortes de gastos. A equipe econômica teme o risco de o governo fazer um crédito extraordinário, permitindo apenas para despesas imprevistas e urgentes, e depois ter problemas com o Tribunal de Contas da União. Há integrantes do governo que defendem uma consulta técnica prévia ao tribunal sobre o assunto.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** DF**Título:** Câmara arbitral dá vitória à Paper Excellence em disputa pela Eldorado **Impacto:** Neutro

B6 | Economia | QUINTA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Negócios

IBDO
Auditoria | Consultoria
#20ANOSBDO
www.bdo.com.br

Sentença. Com a decisão, o grupo J&F, dos irmãos Batista, terá de vender 100% da Eldorado ao grupo asiático, nos termos do acordo de 2017, que avaliou o negócio em R\$ 15 bi; impasse havia paralisado os projetos de expansão da produção da companhia de celulose

Câmara arbitral dá vitória à Paper Excellence em disputa pela Eldorado

Fernando Scheller
Fernanda Guimarães

A corte arbitral da International Chamber of Commerce (ICC Brasil) decidiu, por 3 votos a zero, que o grupo J&F, dos irmãos Batista, terá de vender 100% da Eldorado Celulose ao grupo asiático Paper Excellence, nos termos do acordo firmado entre as partes em 2017. A disputa, que se moveu da Justiça brasileira para o tribunal arbitral, se arrastava há mais de três anos. A informação foi antecipada pela colunista Sônia Racy.

A Eldorado foi vendida em setembro de 2017 para a companhia do empresário Jackson Widjaya, da mesma família que controla a gigante asiática Asia Pulp and Paper (APP). O acordo foi feito quatro meses após as delações dos irmãos Batista sobre corrupção virem à tona, mesma época em que ocorreu a venda da Vigor e da Alparagatas. Desentendimentos entre comprador e vendedor levaram à negociação para arbitragem.

O valor total era de R\$ 15 bilhões. Conforme o acordo original, a Paper Excellence desembolsou, em prestações, R\$ 3,8 bi-

lhões por 49,4% das ações, mas o negócio não foi concluído porque os Batistas alegaram que os asiáticos não liberaram as garantias prestadas pela holding em dívidas da Eldorado para pagar seus credores.

Em 2019, R\$ 11,2 bilhões chegaram a ser depositados pela família Widjaya em uma conta no BTG Pactual, como forma de comprovar a capacidade de pagamento da companhia – o valor foi posteriormente transferido para o Itaú Unibanco.

A Paper Excellence acusava a J&F de ter dificultado a liberação, por conta da recuperação dos preços da celulose após o negócio ter sido fechado.

Enquanto isso, a holding dos Batistas alegava ter dúvida a capacidade do comprador de fazer o pagamento. A CA Investments, empresa de investimento da Paper Excellence, divul-

● Garantia

R\$ 11,2 bi
foi o valor depositado pela família Widjaya em banco para comprovar a capacidade de pagamento da Paper Excellence

gou fato relevante confirmando a sentença, assim como a Eldorado. A J&F não se pronunciou.

Ainda segundo a decisão arbitral, a finalização do negócio depende da liberação das garantias que foram dadas pela J&F em um empréstimo realizado pela Eldorado, sendo grande parte em ações da JBS, outro negócio da família Batista, apurou o Estadão. Uma fonte frisou que essas garantias devem ser liberadas antes ou no mesmo dia da transferência do controle. Grande parte da dívida da Eldorado com garantias em ações está nas mãos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Compasso de espera. Por causa das trocas de acusações, os projetos de expansão da gigante de celulose ficaram em compasso de espera. A ideia original da Eldorado era elevar a capacidade de produção diária de 1,7 milhão de toneladas para 4 milhões de toneladas.

A segunda linha de produção da Eldorado já tem projeto de engenharia e licença ambiental, além da terraplenagem concluída. Tirar esse projeto do papel, contudo, não é simples: demo-



Investimento. Para se manter competitiva, Eldorado precisa elevar produção da fábrica

ra mais de três anos para erguer a parte industrial, e a empresa precisará definir com antecedência a compra de matérias-primas e elevar a produção de eucalipto.

O movimento, que custaria cerca de R\$ 12 bilhões, é vital

para que o grupo se mantenha competitivo nos próximos anos, especialmente depois que a Suzano incorporou a Fibria, em 2018.

A Suzano anunciou que manteve os investimentos, apesar das dívidas relacionadas a os

efeitos da pandemia de covid-19 na economia global. Em 2020, investiu entre R\$ 4,2 bilhões e R\$ 4,3 bilhões. A companhia planeja uma expansão orgânica, com uma nova fábrica, a ser construída conforme a demanda pela commodity.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Bradesco tem lucro recorde em meio à pandemia **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

QUINTA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2021 | Economia | B7

Bradesco tem lucro recorde em meio à pandemia

Resultado líquido foi de R\$ 6,8 bilhões entre outubro e dezembro de 2020, o maior já registrado em um trimestre pela instituição

André Ítalo Rocha
Aline Bronzatti

O Bradesco registrou lucro líquido recorde de R\$ 6,8 bilhões no quarto trimestre de 2020, o maior resultado trimestral da história do banco, e 2,3% superior ao que foi verificado um ano antes. Os avanços, contudo, foram insuficientes para evitar a queda no acumulado do ano, marcado por aumento de provisões em meio à crise causada pela pandemia de covid-19. O banco terminou 2020 com lucro acumulado de R\$ 19,4 bilhões, retração de 24,8% em relação a 2019.

"Estamos bastante satisfeitos com o resultado do quarto trimestre do ano e, claro, de to-

do o exercício de 2020. São números que refletem o esforço e dedicação de nossas equipes, num ano reconhecidamente difícil, desafiador em todos os aspectos, no qual a palavra de ordem foi superação e humildade", afirmou o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari, em nota à imprensa.

A carteira de crédito expandida do Bradesco totalizou R\$ 664,4 bilhões no último trimestre de 2020, saldo 10,3% maior que o dos três meses anteriores. Em um ano, a alta foi de 3,4%. Dessa vez, os empréstimos foram impulsionados pelo segmento pessoa física, ao contrário do que ocorreu no início da pandemia, quando o governo entrou com estímulos para socorrer empresas.

● **Pandemia**
"A velocidade da imunização é menor do que o desejado, mas é o caminho possível e o cenário é positivo no médio prazo."
Octavio de Lazari
PRESIDENTE DO BRADESCO

A carteira para pessoa física teve avanço de 6,9% no quarto trimestre em relação a igual período do ano anterior, para R\$ 260 bilhões. Para pessoa jurídica a expansão foi mais tímida, de 1,4%, para R\$ 427 bilhões.

O banco encerrou dezembro com R\$ 1,6 trilhão em ativos totais, um incremento de 16,7% em 12 meses. No comparativo trimestral, porém, houve uma

queda de 0,9%.

Já o patrimônio líquido do Bradesco foi de R\$ 143,7 bilhões no quarto trimestre, aumento de 4,5% em relação ao anterior. Na comparação com o mesmo intervalo do ano passado, o indicador subiu 7,5%.

De acordo com Lazari, o desempenho da instituição em 2020 mostrou a capacidade do Bradesco de enfrentar cenários adversos. "Tivemos agilidade e adotamos ações objetivas de gestão para mobilizar a nossa rede de distribuição de produtos e serviços, além de contarmos com uma estrutura tecnológica robusta para o atendimento digital", disse.

Expectativas. Para 2021, o executivo mostrou confiança e disse que o cenário não é mais de desolação, mas, sim, de reconstrução, com incertezas menores que no ano passado. "A pandemia está aí, um problema grave, mas já temos a vacinação em andamento em todo o mundo. Sem dúvida, a velocidade e o impacto dessa imunização são menores que o nosso desejo, mas é o caminho possível e o cenário é positivo para o médio prazo".

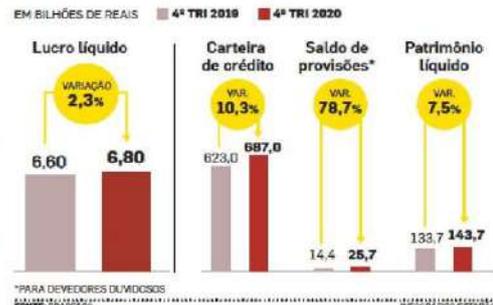
Lazari afirmou ainda que tem convicção de que a economia entrará em terreno positivo neste ano e que o ciclo de recuperação poderá surpreender na medida que a vacinação avance mais rapidamente. "2021 será muito melhor que 2020", ressaltou.



Crédito. Bradesco ampliou empréstimos a pessoas físicas

RESULTADO

● **Lucro do Bradesco bate recorde no 4º trimestre**



Ganhos de bancos privados recuam 24,6% em 2020

Instituições elevaram as reservas para calotes no ano, que atingiram R\$ 78,4 bi, ante lucro somado de R\$ 51,8 bi

Os três maiores bancos privados do País - Itaú Unibanco, Bradesco e Santander - não ficaram imunes à crise da covid-19 e terminaram 2020 com queda de 24,6% no lucro líquido, que somou R\$ 51,8 bilhões nas três instituições. O recuo foi influenciado principalmente pelo aumento das despesas para cobrir possíveis calotes, as chamadas provisões para devedores duvidosos, ou PDDs, que saltaram 44%, para R\$ 78,4 bilhões, superando os ganhos do período.

Os bancos dizem, porém, que o pior parece ter ficado para trás. Os últimos três meses de 2020 mostraram alguma melhoria, o que serviu para alimentar o otimismo dos executivos que comandam as instituições. O

Bradesco, por exemplo, registrou no último trimestre de 2020 seu maior lucro líquido para um período de três meses, ao atingir R\$ 6,8 bilhões. Bateu até o rival Itaú, superando seu lucro trimestral pela primeira vez desde a fusão com o Unibanco.

Com números melhores, os bancos também conseguiram aumentar a rentabilidade. Todos tiveram avanço do retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROE, na sigla em inglês), mas ainda abaixo dos níveis de 2019. O Santander foi o que registrou o melhor resultado, com 20,2%, tomando o posto do Itaú Unibanco como o banco mais rentável no Brasil. Ajudou, porém, o fato de ter provisionado menos do que seus pares para a crise.

Os bancos contaram com uma conjuntura mais favorável nos últimos meses de 2020. Com a reabertura gradual da economia, foi possível reduzir as despesas destinadas a cobrir calotes e elevar as receitas com

prestação de serviços. Além disso, as instituições conseguiram elevar os empréstimos para pessoa física, invertendo a situação do início da pandemia, quando o foco estava nas empresas.

Embora haja otimismo com 2021, o ano começa com incertezas. O auxílio emergencial acabou, com impacto direto no bolso das pessoas, e ainda não se sabe se o governo vai retomá-lo. Como consequência, deve aumentar o número de pessoas em busca de emprego. Não bastasse, algumas regiões do Brasil voltaram a endurecer as medidas de isolamento social, em meio ao avanço do número de casos e mortes pela covid-19.

Ânimo. Nada disso, porém, tira a esperança dos bancos. O presidente do Santander Brasil, Sérgio Rial, que comemorou 20 trimestres seguidos de expansão do lucro, disse ontem que vê espaço para expansão do crédito em 2021. Para ele, o Brasil deve se beneficiar da demanda crescente de países da Ásia por commodities e de um melhora da economia na Europa, que deve experimentar um boom de consumo reprimido à medida que a vacinação avança. / A.B. e A.J.R.

Acesse nossas mídias sociais:
[YOUTUBE.COM/FREITASLEILOIRO](#)
[INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOIRO](#)
[FACEBOOK.COM/FREITASLEILOIRO](#)

**CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOIRO.COM.BR**

bradesco **LEILÃO EXTRAJUDICIAL**
18 IMÓVEIS

1º LEILÃO: 18/02/2021, ÀS 10H00 | 2º LEILÃO: 25/02/2021, ÀS 10H00

LOCALIDADES: AM BA GO MG MT PA PR RJ SC SP TO

**APARTAMENTOS - ÁREA RURAL - CASAS
IMÓVEIS COMERCIAIS - TERRENO**

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA SOMENTE "ON-LINE"

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasilloiro.com.br

Mais informações consulte:
www.BANCO.BRADESCO/LEILÕES SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

**LEILÃO JUDICIAL
Somente Eletrônico**

FALÊNCIA DE "IP IMPRESSORA PAULISTA E EDITORA LTDA"

1º Leilão: 04/03/2021, às 16h45 | 2º Leilão: 11/03/2021, às 16h45 | 3º Leilão: 18/03/2021, às 16h45

PRÉDIO COMERCIAL - CAMBUÍ - SÃO PAULO/SP

ÁREA DE TERRENO: 1.046,00m² - ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA: 3.189,00m²
 Localizado na Rua José Bento, nº 596, matriculado sob nºs 4.445,
 29.803, 63.795 e 100.645 do 1º CRI de São Paulo/SP
Lance Inicial: R\$ 7.880.000,00

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento,
 fotos, consulte: www.freitasilloiro.com.br

Mais informações faça com
leilaojudicial@freitasilloiro.com.br | www.freitasilloiro.com.br | Rodolfo Jacobelli, ramal 108 | (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Lucro do Santander supera expectativas **Impacto:** Neutro

B10 | Economia | QUINTA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Lucro do Santander supera expectativas

Banco lucrou quase R\$ 4 bi no 4º trimestre, alta de 6,2% sobre igual período de 2019; instituição anunciou listagem da Getnet em Bolsa

Aline Brouzati
André Italo Rocha

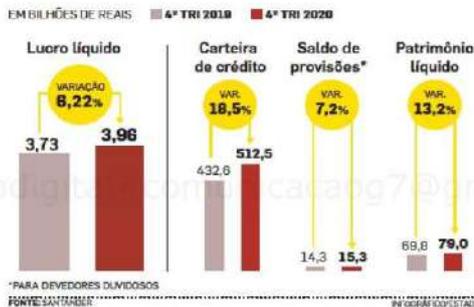
O Santander Brasil teve lucro líquido gerencial de R\$ 3,96 bilhões no quarto trimestre de 2020, alta de 6,2% na comparação com os R\$ 3,73 bilhões registrados no mesmo período de 2019. Em 2020, a subsidiária brasileira do banco espanhol terminou com lucro de R\$ 13,85 bilhões, retração de 4,8% ante o resultado de 2019.

A filial brasileira teve um resultado que surpreendeu positivamente, contrastando com o balanço global da instituição. De junho a outubro, o Santander teve lucro líquido de € 277 milhões, queda de 90% em um ano e bem abaixo das previsões dos analistas. No ano, o prejuízo líquido foi de € 8,77 bilhões, resultado influenciado por grandes baixas contábeis.

O analista Matheus Generoso do Amaral, do Banco Inter, destacou o bom desempenho das carteiras de veículo e de cartões de crédito do Santander

RESULTADO

● Lucro do Santander teve alta no 4º trimestre de 2020



Brasil. Embora tenha afirmado que o resultado foi melhor que o dos concorrentes, o analista alertou que esses indicadores podem apresentar piora ao longo de 2021.

A carteira de crédito do Santander Brasil encerrou dezembro em R\$ 512,5 bilhões, alta de

4,3% na comparação com setembro. Em um intervalo de 12 meses, os empréstimos apresentaram incremento de 18,5%. O índice de inadimplência, considerando atrasos acima de 90 dias, permaneceu estável em 2,1% no quarto trimestre, frente aos três meses anteriores.



Oferta de ações. Santander não vai sair da Getnet, diz Rial

Em 12 meses, ao contrário do que o mercado temia por conta da pandemia, o indicador melhorou (em dezembro de 2019, era de 2,9%).

Cortes. O Santander demitiu 3.220 funcionários e fechou as portas de 175 agências em 2020.

Os movimentos ocorreram em meio à pressão por mais eficiência diante da concorrência e ao reforço em provisões para devedores duvidosos, as chamadas PPDs, para fazer frente ao aumento de calotes esperado por conta da covid-19. O banco havia, como seus pa-

res, firmado o abaixo-assinado "Não Demita" no início da pandemia – mas acabou não seguindo com a prática ao longo do ano todo.

No início de junho, demissões feitas pelo banco começaram a se tornar públicas diante da denúncia do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. O Santander Brasil explicou, na ocasião, que o compromisso de não demitir havia terminado em maio.

Getnet. O grupo Santander anunciou que pretende abrir o capital da brasileira Getnet, sua operação de maquininhas, em 2021. Segundo o presidente do Santander Brasil, Sergio Rial, a autorização para a listagem dependerá de aprovação do Banco Central (BC), que deverá demorar de dois a três meses. Ele esclarece, porém, que o banco não está vendendo a empresa: "Seremos detentores de uma nova ação da Getnet. Não há venda por parte dos sócios", destacou Rial.

Substituto de Bezos na Amazon é um veterano da casa

Guilherme Guerra



Desde a última terça, Andy Jassy é o novo grande rosto do Vale do Silício. Aos 52 anos, o americano assumirá o cargo mais alto da Amazon no segundo semestre de 2021, substituindo ninguém menos do que Jeff Bezos. O fundador da gigante

passou 27 anos no cargo e atualmente é o segundo homem mais rico do mundo, com patrimônio avaliado em US\$ 188 bilhões. A transição ocorrerá em um momento positivo para a Amazon, que tem avaliação de mercado de US\$ 1,7 trilhão.

A carreira de Jassy se confunde com a história da Amazon. Ele se formou em administração em Harvard em 1997 e, "na segunda-feira seguinte", disse em entrevista em setembro do ano passado, tornou-se funcio-

nário da então loja online de livros. "Não, eu não sabia qual seria o meu trabalho ou o meu cargo", falou.

Atualmente, ele é o presidente da divisão de serviços em nuvem da empresa, a Amazon Web Services (AWS), área que ajudou a fundar em 2003 ao lado de Bezos.

Juntos, eles desenvolveram a AWS quando um grupo de funcionários fez uma sessão de "brainstorming" para identificar como usar o poder de in-

fraestrutura da varejista para vender outros serviços.

Hoje, a AWS é um dos negócios mais rentáveis da companhia, sendo responsável por 67% da receita de toda a empresa. Por isso, o anúncio de ascensão de Jassy não surpreendeu o mercado financeiro.

Em 2014, a Microsoft, uma das principais concorrentes da Amazon por serviços em nuvem fez movimento semelhante. Satya Nadella largou a divisão de serviços de nuvem Azure

para assumir o cargo máximo da companhia, em substituição a Steve Ballmer. E a indicação de que o futuro da Amazon passa cada vez mais pelos serviços de nuvem.

Controvérsia. Embora de perfil discreto, Andy Jassy já defendeu publicamente a decisão da Amazon de vender tecnologia de reconhecimento facial para forças de segurança – a ferramenta é criticada por ativistas e especialistas, que a enxergam

como uma maneira de violar a privacidade e como um produto de viés racista.

Revelada em 2016, a Rekognition é a ferramenta de reconhecimento facial criada dentro do AWS. "Uma tecnologia que permite excessos não significa que deva ser banida, condenada ou não usada", disse Jassy, em entrevista ao canal americano PBS em setembro de 2019. Em junho de 2020, a Amazon congelou por um ano o uso policial da sua tecnologia de reconhecimento facial, após os protestos do movimento Vidas Negras Importam nos EUA. A IBM chegou abandonar seu produto.

Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
03/02/21	Portal Acontece RN	Site	Mossoró	RN	CNC e Federações lançam campanha apresentam do benefícios da adesão à Contribuição Assistencial	Positivo	Matéria		B			
03/02/21	Versátil News	Site	Natal	RN	Fecomércio : CNC e Federações lançam campanha apresentam do benefícios da adesão à Contribuição Assistencial	Positivo	Matéria		B			
03/02/21	Prefeitura de Macaíba	Site		RN	Emídio Jr e presidente do Sicoob-RN analisam instalação do sistema em Macaíba	Positivo	Matéria		A			
03/02/21	NoMinuto.com	Site	Natal	RN	Prefeitura amplia acessibilidade de às praias urbanas da capital potiguar	Neutro	Matéria		B			
03/02/21	NoMinuto.com	Site	Natal	RN	Projeto de iluminação vai dar mais vitalidade e segurança ao Centro Histórico de Natal	Neutro	Matéria		B			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
03/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Brasil formaliza oferta na OMC para abrir licitações a estrangeiros	Neutro	Matéria		A			
03/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Caixa aumenta em 20% oferta de crédito rural no primeiro semestre	Neutro	Matéria		A			
04/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	"Sinuca de bico" atropela a economia	Neutro	Artigo		A			
04/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	STTU fará revisão no sistema de transporte público de Natal	Neutro	Matéria		A			
04/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	"O nosso desejo é que ele seja lançado este ano, e vamos trabalhar para isso", diz Paulo César Medeiros	Neutro	Entrevista		A			
04/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Álvaro Dias garante recursos para engorda da praia de Ponta Negra	Neutro	Matéria		A			
04/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Rio Grande do Norte receberá mais 51,8 mil doses	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					da CoronaVac esta semana							
04/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Varejo farmacêutico alcança recorde de R\$ 58,2 milhões em 2020	Neutro	Matéria		A			
04/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		BA	Estados perdem R\$ 34 bi em arrecadação em 2020	Neutro	Matéria		A			
04/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Bolsonaro pede ao Congresso reformas econômicas e privatização da Eletrobras	Neutro	Matéria		A			
04/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Programa que renegocia dívida tributária pode voltar	Neutro	Matéria		A			
04/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Ministro ameaça encerrar leilão do 5G se teles não fizerem rede para Bolsonaro	Neutro	Matéria		A			
04/02/21	Estadão	Jornal		DF	País simplifica aval a vacinas e negocia 30 milhões de doses de Rússia e Índia	Neutro	Matéria		A			

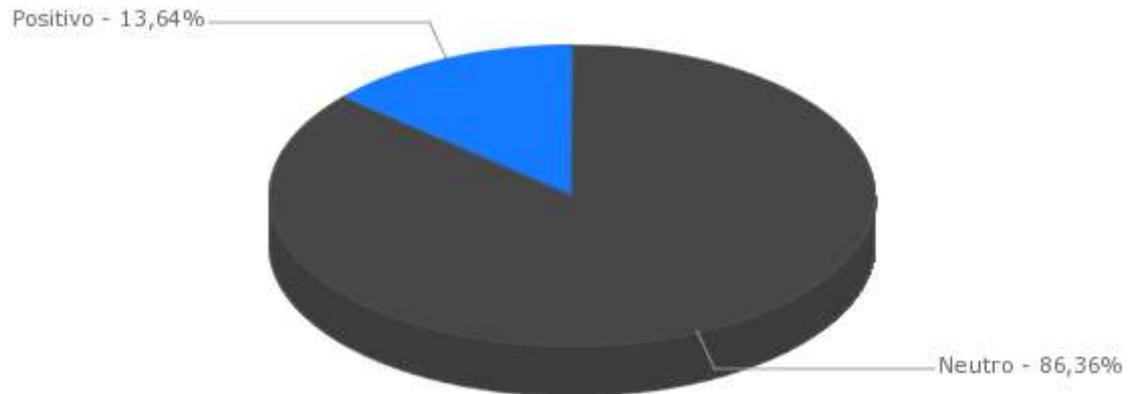
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
04/02/21	Estadão	Jornal		DF	Lira e Pacheco buscam alternativas para retorno do auxílio emergencia	Neutro	Matéria		A			
04/02/21	Estadão	Jornal		DF	Câmara arbitral dá vitória à Paper Excellence em disputa pela Eldorado	Neutro	Matéria		A			
04/02/21	Estadão	Jornal		DF	Bradesco tem lucro recorde em meio à pandemia	Neutro	Matéria		A			
04/02/21	Estadão	Jornal		DF	Lucro do Santander supera expectativas	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 22												

Clippings por Tipo de Mídia



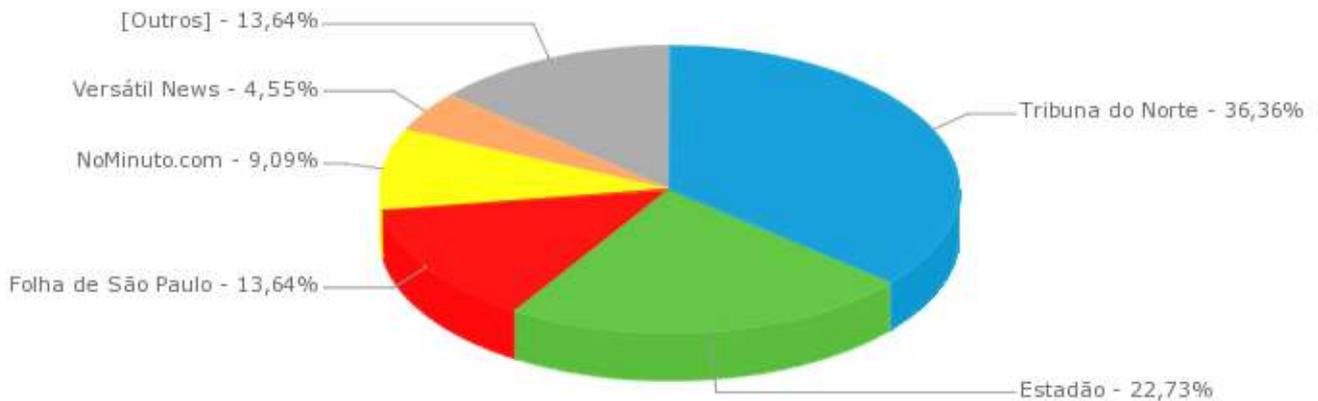
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Site	13	59,09 %
Jornal	9	40,91 %
		Total: 22

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	19	86,36 %
Positivo	3	13,64 %
		Total: 22

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Tribuna do Norte	Site	8	36,36 %
Estadão	Jornal	5	22,73 %
Folha de São Paulo	Jornal	3	13,64 %
NoMinuto.com	Site	2	9,09 %
Versátil News	Site	1	4,55 %
Portal Acontece RN	Site	1	4,55 %
Prefeitura de Macaíba	Site	1	4,55 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	4,55 %
Total:			22